



A **Colecção Educação, Território e Desenvolvimento Local** assume-se como um espaço de reflexão e debate em torno das questões que nascem do encontro entre as políticas educativas, de planeamento e organização do território, das instituições que nele existem e intervêm e do desenvolvimento humano, social e económico que nele se verifica.

É neste perímetro conceptual que, através das obras da presente colecção, se pretende dar um contributo para uma maior e mais clara percepção da relação simbiótica entre as redes de qualificação territoriais, as instituições que nelas coexistem, as modalidades de educação e formação que promovem e as dinâmicas de desenvolvimento que, com elas, se geram e/ou reforçam.

# ATLAS DA EDUCAÇÃO EM ALANDROAL

**BRAVO NICO (Coord.)**

Lurdes Pratas Nico  
Antónia Tobias  
Florbela Valadas  
Fátima Ferreira

© dos autores

© desta edição

Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora (CIEP/UE)  
Edições Pedagogo, Lda.

Título: Atlas da Educação em Alandroal

Colecção: Educação, Território e Desenvolvimento Local

Coordenação da Colecção: Bravo Nico

Organizadores: Bravo Nico, Lurdes Pratas Nico, Antónia Tobias, Florbela Valadas e Fátima Ferreira

Outros Colaboradores: Manuel Borrões, Víctor Caeiro

Design e Paginação: Márcia Pires

Impressão e Acabamento: Tipografia Lousanense

ISBN: 978-989-8655-13-4

Depósito Legal: 362242/13

Julho de 2013

Nenhuma parte desta publicação pode ser transmitida ou reproduzida por qualquer meio ou forma sem a autorização prévia do editor.

Todos os direitos reservados por

UNIVERSIDADE DE ÉVORA  
Centro de Investigação em Educação e Psicologia

CÂMARA MUNICIPAL DE ALANDROAL

EDIÇÕES PEDAGO, LDA.

Rua do Colégio, 8  
3530-184 Mangualde  
PORTUGAL

Rua Bento de Jesus Caraça, 12  
Serra da Amoreira  
2620-379 Ramada  
PORTUGAL

edicoes-pedago@pedago.pt  
www.edicoespedago.pt

Esta obra não foi redigida de acordo com o Novo Acordo Ortográfico

# ÍNDICE

<b>Introdução</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO 1 – EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO (O CASO DE ALANDROAL)</b>	<b>11-25</b>
1.1. As redes de qualificação	12
1.1.1. As redes formais de qualificação	12
1.1.1.1. A rede formal de educação	13
1.1.1.2. A rede formal de formação	14
1.1.1.3. A rede formal do ensino superior	14
1.1.1.4. A rede formal de qualificação	14
1.2. As redes não-formais de qualificação	15
1.2.1. A rede não-formal de aprendizagem	15
1.2.2. A rede não-formal de formação profissional	15
1.2.3. A rede não-formal das instituições da dimensão social	16
1.2.4. A rede não-formal das instituições culturais, desportivas e recreativas	16
1.2.5. A rede não-formal das instituições de saúde	16
1.2.6. A rede não-formal das instituições de segurança	17
1.2.7. A rede não-formal da comunicação social	17
1.3. As redes informais de qualificação	17
1.3.1. As redes informais da convivialidade	17
1.3.2. As redes informais dos espaços digitais e electrónicos	18
1.4. Algumas coordenadas do mapa da qualificação em Alandroal	18
1.5. Carta Educativa de Alandroal: o novo <i>perímetro</i> conceptual, institucional e estratégico	21
1.5.1. O <i>perímetro</i> actual	22
1.5.2. O novo <i>perímetro</i>	22
<b>CAPÍTULO 2 – A INTERVENÇÃO: DESENHO E OPERACIONALIZAÇÃO</b>	<b>27-35</b>
2.1. Finalidade	28
2.2. Objectivos operacionais	28
2.3. Metodologia seguida e respectiva calendarização	29
2.4. Parcerias a estabelecer	30
2.5. Produtos esperados	31
2.6. Equipa de investigação	31
2.7. O instrumento	32
2.8. A análise e a interpretação da informação recolhida	34
2.9. As instituições envolvidas	34

<b>CAPÍTULO 3 – A APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES COM POTENCIAL EDUCATIVO (IPE) DE ALANDROAL</b>	<b>35-60</b>
3.1. Identificação das Instituições com Potencial Educativo (IPE)	35
3.2. Área de actividade das Instituições com Potencial Educativo (IPE)	35
3.3. Localização das Instituições com Potencial Educativo (IPE)	38
3.4. Antiguidade e período de actividade das Instituições com Potencial Educativo (IPE)	39
3.5. Recursos Humanos das Instituições com Potencial Educativo (IPE)	40
3.6. Certificação nas Instituições com Potencial Educativo (IPE)	42
3.7. Quotidiano de funcionamento das Instituições com Potencial Educativo (IPE)	44
3.8. Dimensão administrativa das Instituições com Potencial Educativo (IPE)	45
3.9. Plano Anual de Actividades das Instituições com Potencial Educativo (IPE)	47
3.10. Iniciativas de educação/formação das Instituições com Potencial Educativo (IPE)	48
3.11. Relacionamento interinstitucional das Instituições com Potencial Educativo (IPE)	49
3.12. Serviço autónomo de formação ou funcionários responsáveis pela formação nas Instituições com Potencial Educativo (IPE)	51
3.13. Cooperação das Instituições com Potencial Educativo (IPE) com instituições de formação	53
3.14. Actividades de âmbito formativo das Instituições com Potencial Educativo (IPE)	54
3.15. Papel atribuído à formação pelas Instituições com Potencial Educativo (IPE)	55
3.16. Recursos Humanos e tempo dedicado à formação das Instituições com Potencial Educativo (IPE)	56
3.17. Levantamento de necessidades de formação das Instituições com Potencial Educativo (IPE)	57
3.18. Práticas de formação nas Instituições com Potencial Educativo (IPE)	58
3.19. Áreas em que as Instituições com Potencial Educativo (IPE) poderão contribuir para a qualificação da população de Alandroal	60
<b>CAPÍTULO 4 – ACTIVIDADES DE APRENDIZAGEM DESENVOLVIDAS NAS INSTITUIÇÕES COM POTENCIAL EDUCATIVO (IPE)</b>	<b>61-79</b>
4.1. Identificação de actividades de aprendizagem	61
4.2. Caracterização das actividades de aprendizagem	66
4.2.1. Responsabilidade pelas actividades de aprendizagem	66
4.2.2. Recursos humanos envolvidos nas actividades de aprendizagem	67
4.2.3. Participação nas actividades de aprendizagem	70
4.2.4. Avaliação das actividades de aprendizagem	74
4.2.5. Certificação das actividades de aprendizagem	76
4.2.6. Cooperação, financiamento e recursos das actividades de aprendizagem	76
4.2.7. Relevância das actividades de aprendizagem	79
<b>CAPÍTULO 5 – PRESSUPOSTOS PARA UM ATLAS DA EDUCAÇÃO EM ALANDROAL</b>	<b>81-85</b>
5.1. O alargamento do perímetro conceptual e institucional da qualificação	81
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>87</b>
<b>Anexos</b>	
Anexo 1- Instituições com Potencial Educativo de Alandroal (IPE)	<b>91</b>

## INTRODUÇÃO

Desde 2002 que, em Alandroal, se iniciou um caminho de cooperação entre diversos actores institucionais e pessoais com responsabilidades na qualificação. Nessa data, a Câmara Municipal de Alandroal e a Universidade de Évora constituíram uma parceria formal, através da qual se iniciou, então, um projecto de investigação que resultou numa tese de doutoramento. Neste momento fundador, já se encontravam presentes as marcas estruturais do que viria a ser o maior projecto de investigação e intervenção em curso num município alentejano, no âmbito da educação e da formação, nas últimas décadas.

Na realidade, **desde a primeira hora, o território de Alandroal não foi considerado, simplesmente, o contexto físico e geográfico, mas foi assumido como a mais importante e decisiva variável da equação educacional do concelho.** Um território dinâmico, no qual coabitam dimensões distintas, mas, concomitantemente, complementares e interdependentes: a geografia, a orografia, o clima, os recursos naturais geológicos e biológicos, a demografia, o ordenamento urbano, as vias de comunicação e os sistemas de transportes, as instituições da sociedade civil e respectivas redes, o património edificado e imaterial, as culturas locais, as tradições, os rituais religiosos e pagãos, os ecossistemas humanos e comunitários, as rotinas de vida, as actividades económicas e as empresas, os contextos formais e não formais de aprendizagem e, finalmente, as pessoas, suas famílias, seus quotidianos, suas trajectórias vitais e os seus projectos de futuro. Tudo isto constitui a riqueza extraordinária de cada território e é neste, complexo, dinâmico e evolutivo, contexto territorial que acontece a educação das pessoas. Ignorar esta complexidade desliga a educação dos contextos de vida das pessoas e torna-a num acontecimento vital isolado e redutor.

Foi com este pensamento que o caminho se iniciou e que, hoje, se continua a trilhar. Mais tarde, em 2007, no âmbito do projecto “Arqueologia das Aprendizagens no concelho de Alandroal” – promovido pelo Centro de Educação e Psicologia da Universidade de Évora, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e apoiado pela Câmara Municipal de Alandroal – ocorreu um importante impulso para a consolidação do pensamento e consequente intervenção na realidade. Com esse projecto, foi criado, no Fórum Cultural Transfronteiriço de Alandroal, um Gabinete Local de Investigação, que, desde essa data, tem acolhido a equipa de pesquisa da Universidade de Évora, que tem sido sempre integrada por investigadores de ambas as instituições. Este projecto, concluído em 2011, resultou num conjunto significativo de estudos académicos sobre a realidade alandroalense: 2 teses de doutoramento, 5 dissertações de mestrado, 2 livros, 4 artigos em revistas científicas, 10 comunicações em congressos, 6 seminários científicos, 6 relatórios e 7 encartes de divulgação científica em órgãos de comunicação social regional (Nico, 2011).

Na sequência da concretização de todos os projectos de pesquisa concretizados – no âmbito da educação e da formação, no concelho de Alandroal – e de todo o conhecimento por eles produzido e disponibilizado, encontra-se, na actualidade, disponível um, extenso, objectivo e actual, corpo de conhecimentos acerca da realidade educacional do território, nas suas diversas dimensões. De facto, **nos últimos quatro anos, foi inquirida a quase totalidade do universo de instituições existentes e em actividade no concelho e uma amostra significativa da população nele residente.** Por outro lado, a informação recentemente disponibilizada pelo Recenseamento Geral da População – realizado em 2011, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2012) – e a informação existente nos diferentes documentos de gestão política local – de que o Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Alandroal (CMA, 2007) é um exemplo, a Agenda XXI ou o Plano Director Municipal, na sua versão de 2006 – produzidos pela autarquia local, proporcionam um bom conhecimento da realidade demográfica, social e económica alandroalense, em muitas das dimensões relevantes para o processo de Revisão da Carta Educativa.

Nestas condições e atendendo ao facto de a actual **Carta Educativa de Alandroal** se reportar a uma realidade existente em 2006, **encontram-se reunidas boas condições para se proceder à revisão desse importante documento, na sua dimensão fundamental** – a dimensão da educação escolar, respectivas infra-estruturas físicas e população escolar – **e no seu perímetro conceptual, institucional e estratégico, incluindo, no seu seio, a dimensão não-escolar e as instituições da sociedade civil com papel relevante na qualificação da população, em todos os momentos**

## **da sua vida e o necessário encontro entre a qualificação, a economia e o desenvolvimento.**

Estamos, pois, na fase final deste terceiro momento de trabalho científico e técnico no concelho de Alandroal: a apresentação da **nova Carta Educativa de Alandroal**, pensada, estruturada e desenhada com base nos seguintes pressupostos:

- 1. A Educação acontece num contexto territorial determinado e específico**, de acordo com a complexidade determinada por um conjunto de variáveis que também, aí, assume características determinadas e específicas;
- 2. A Educação acontece em todos os espaços e tempos da vida das pessoas** e não é exclusiva dos contextos escolares e formais;
- Em territórios rurais, do interior do país e marcados por demografias envelhecidas e muito sedentarizadas, **a Educação das pessoas encontra-se muito estreitamente relacionada com a dimensão comunitária de proximidade**, as instituições locais e respectivas redes, os laços familiares e de vizinhança, os contextos profissionais e os ambientes pessoais de socialização e convívio;
- O acesso e a capacidade de manter uma frequência de aprendizagem**, activa e regular, em contextos formais e escolares de Educação **são inversamente proporcional com a idade e a distância aos centros urbanos** de maior dimensão, facto que determina desigualdade territorial e pessoal;
- A Educação e a Economia encontram frágeis e pouco frequentes mecanismos de diálogo e de cooperação estratégica**, com consequências ao nível das expectativas de realização vocacional profissional das pessoas e de pouca qualificação do trabalho, no âmbito das empresas;
- O diálogo e o trabalho cooperativo entre as instituições da sociedade civil é pouco frequente e entre estas e as escolas há um campo que possui um enorme potencial de desenvolvimento**, atendendo à riqueza do contexto territorial, como recurso curricular e didáctico para as aprendizagens escolares e levando em conta o potencial das escolas para a promoção do acesso à Educação, por parte da população adulta pouco escolarizada;
- A Carta Educativa não pode nem deve circunscrever-se ao perímetro da Educação Escolar**. Deve conter todo o contexto territorial e institucional, incluindo todos os tempos e espaços de aprendizagem disponíveis no território com potencial educativo e com capacidade de articulação e cooperação com os dispositivos e modalidades da educação formal;
- A Carta Educativa deve assumir o desenvolvimento do território e da população nele residente, como a sua bússola**, assumindo a Educação

e a Formação como o mais poderoso e eficaz instrumento de promoção desse desenvolvimento, de forma sustentada e participada;

**9. A Carta Educativa deve dialogar, permanente e activamente, com os restantes instrumentos de gestão política local:** Plano Director Municipal, Plano de Desenvolvimento Social, Agenda XXI, entre outros;

**10. A Carta Educativa deve ser um instrumento dinâmico, em constante actualização e disponível, em cada momento, contendo a informação necessária para se promoverem o máximo de oportunidades de qualificação, dirigidas ao maior número possível de pessoas e instituições, com a maior eficácia e eficiência possíveis, mobilizando o maior número de recursos locais e envolvendo o menor esforço financeiro possíveis. Por outras palavras, a Carta Educativa deve indicar como concretizar a Qualificação, num determinado território, com a maior amplitude humana e institucional, a máxima eficiência e eficácia do investimento e o mais forte impulso de desenvolvimento humano, social, económico e cultural.**

Foi com esta bússola que iniciámos, em 2002, esta caminhada científica no território de Alandroal. **O presente livro “Atlas da Educação em Alandroal”** – concebido e produzido no âmbito do projecto de revisão da Carta Educativa de Alandroal, que decorreu entre Fevereiro de 2012 e Julho de 2013 – **apresenta uma parte desse mapa que, ao longo desta última década, temos vindo a construir, particularmente a cartografia que temos vindo a elaborar desse extraordinário mundo da educação nas escolas fora da escola.**

# CAPÍTULO 1

## EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO (O CASO DE ALANDROAL)<sup>1</sup>

As relações entre os sistemas de qualificação e os territórios são uma realidade complexa, dinâmica, variável e determinante para a adequada resolução da *equação qualificadora* em cada contexto territorial e respectivas consequências nas dimensões humanas, sociais, económicas e culturais.

Como já referimos anteriormente, cada contexto territorial, em cada momento histórico, social e político, assume-se como o resultado do encontro das diferentes dimensões que o determinam e que passam pela forma como, ali e naquele momento, se concretizam os seguintes aspectos da realidade: geografia, orografia, clima, recursos naturais geológicos e biológicos, perfil demográfico, tipo de ordenamento urbano, disponibilidade e acesso às vias de comunicação e aos sistemas de transportes, rede de instituições da sociedade civil e respectivas dinâmicas, património edificado e imaterial, culturas locais, tradições, rituais religiosos e pagãos, *ecossistemas* humanos e comunitários, rotinas de vida, actividades económicas e empresas, contextos formais e não formais de aprendizagem e, finalmente, as pessoas, as suas famílias, os seus quotidianos, as suas trajectórias vitais e os seus projectos de futuro.

Observar, conhecer e, eventualmente, intervir nesta cartografia territorial, sistémica e dinâmica, em que se desenham, constroem e concretizam todas as modalidades de qualificação é um exercício de enorme complexidade e exigência, que requer uma leitura atenta, pormenorizada e integradora, do *universo educacional* de todas as dimensões da realidade territorial e uma latitude conceptual suficientemente ampla e capaz de albergar a totalidade

---

<sup>1</sup> Texto elaborado com base em:

**NICO, B. (2008).** Aprender no interior português: vértices para um pensamento integrado e uma acção responsável. in Bravo Nico (Org.) *Aprendizagens do Interior: reflexões e fragmentos*. Lisboa: Edições Pedagogo. pp: 9-19

**NICO, B. (2012).** Saberes, linguagens e práticas educativas: os vértices de um diálogo necessário (o caso do Alandroal). in Mairce Araújo & Jacqueline Moraes (Orgs.). *Vozes da Educação: formação de professores, narrativas, políticas e memórias*. Rio de Janeiro (pp. 99-109).

da diversidade de contributos qualificadores disponíveis e actuantes em cada contexto.

Este pensamento, no caso de Alandroal, está presente num dos principais documentos orientadores da política local: a Agenda XXI. Na realidade, aí é referido que o território, mais do que um espaço físico, “*é a entidade de suporte, de integração e de síntese de toda a actividade humana, com particular realce para as actividades produtivas, o habitat, os recursos naturais e ambientais, as identidades, bem como os agentes desses processos*” (Fonseca Ferreira, 2005, citado por TTerra, 2001: 92). Grosso (2012), em estudo realizado em Alandroal, refere que “*deve existir, entre os diversos sistemas de qualificação e os territórios, um objectivo comum na promoção de dinâmicas de desenvolvimento e de coesão social e, desse modo, apostar na valorização de toda a qualificação*” (p. 141). Também Carvalho (2010: 43), noutro estudo aí realizado, afirma que “*... multiplicam-se as possibilidades de aprender oferecidas pela sociedade exterior à escola. Mais importante do que ter uma qualificação, é possuir competências e capacidade de adaptação. A Educação deve, assim, englobar todos os processos que levem as pessoas, em todas as fases da sua vida, à construção de um conhecimento dinâmico do mundo, dos outros e de si mesmas...*”

O Alandroal oferece-nos, pois, uma coordenada de partida bastante interessante para a realização de uma reflexão em torno desta complexa relação que existe entre o território e a qualificação.

## 1.1. As redes de qualificação

### 1.1.1. As redes formais de qualificação

Em seguida, apresentar-se-á **o universo de redes territoriais de qualificação que foram identificadas no concelho de Alandroal**, no decurso dos trabalhos de investigação científica desenvolvidos, nos últimos anos [Barreiros (2012), Barrenho (2012), Carvalho (2010, 2011), Carvalho *et al* (2011), D’Orey (2008, 2011), Galhardas (2012), Grosso (2012), Nico (2008, 2011, 2012), Nico & Nico (2009, 2011), Nico *et al* (2009, 2010a, 2010b, 2011a, 2011b), Rocha (2011)].

No território do concelho de Alandroal, coexistem quatro **redes formais de qualificação**<sup>2</sup>, que, em seguida, indicaremos. De referir que, a nível municipal, estas redes formais de qualificação encontram-se representadas no Conselho Municipal de Educação.

---

2 Entendam-se **redes formais, não formais ou informais de qualificação** como o conjunto, organizado ou não, de **contextos formais, não formais ou informais, de aprendizagem**, respectivamente.

### 1.1.1.1. A rede formal de educação

Nesta primeira rede territorial, encontramos as seguintes realidades:

- i) **a Intervenção Precoce** – modalidade de intervenção que se destina a crianças até à idade escolar que estejam em risco de atraso de desenvolvimento, manifestem necessidades educativas especiais. Consiste na prestação de serviços educativos, terapêuticos e sociais a estas crianças e às suas famílias com o objectivo de minimizar os factores negativos existentes nas suas vidas e que podem provocar problemas ao seu desenvolvimento. A tutela deste programa é repartida entre os Ministérios da *Saúde*, da *Educação e Ciência* e da *Solidariedade e da Segurança Social*, contando, localmente, com parcerias entre as estruturas destes três sectores e contando com o apoio do município e de algumas instituições da sociedade civil;
- ii) **os Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar** – constituem uma rede onde coexistem instituições públicas e não públicas. Estes estabelecimentos são tutelados pelas respectivas instituições proprietárias e encontram-se enquadrados por normativos dos Ministérios *da Educação e Ciência* da *Solidariedade e Segurança Social*;
- iii) **a Escola Pública**, no território do município do Alandroal e em municípios adjacentes, constituída pelos estabelecimentos de ensino públicos (três Centros Escolares) que disponibilizam a oferta educativa, ao nível do ensino básico e secundário (neste nível, uma oferta muito limitada e não regular). A tutela desta rede compete ao *Ministério da Educação e Ciência*, sendo que a Câmara Municipal do Alandroal possui competências no âmbito do ensino básico, nomeadamente no que se refere aos edifícios, funcionários não-docentes, actividades de enriquecimento curricular, transportes escolares, alimentação e outro tipo de apoios de natureza social escolar (CMA, s/d; TTERRA, 2011: 65);
- iv) **as Escolas Privadas nos territórios próximos do município de Alandroal**, rede constituída pelos estabelecimentos de ensino privados e cooperativos que disponibilizam oferta educativa, ao nível do ensino secundário, em localidades mais ou menos próximas de Alandroal. De referir a Escola Profissional da Região Alentejo (EPRAL), com sede em Évora e um pólo em Estremoz. Estas instituições são tuteladas pelos respectivos proprietários e pelo *Ministério da Educação e Ciência*;
- v) **a rede de Centros Novas Oportunidades (CNO)** – constituída pelos CNO públicos e privados que operaram no município e em territórios próximos e que disponibilizaram oferta educativa a adultos, nomeadamente através

do Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação académica e/ou profissional dos adquiridos experienciais (níveis básico e secundário) e do encaminhamento dos indivíduos para percursos de formação. A rede de CNO, extinta em 2013, era, até 2011, tutelada pelos Ministérios da *Educação* e do *Trabalho e Solidariedade Social*. Em Alandroal, existiu um CNO no Agrupamento de Escolas e operaram outros localizados no exterior do concelho, nomeadamente o CNO do Instituto do Emprego e Formação Profissional (Évora), o CNO da *Partner-Hotel* (Reguengos de Monsaraz) e o CNO do Agrupamento de Escolas Sebastião da Gama (Estremoz).

#### *1.1.1.2. A rede formal de formação*

Nesta segunda rede de qualificação, encontramos os dispositivos de formação profissional disponibilizados pelos Centros de Formação Profissional do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) que operam no território e que são tutelados pelo *Ministério da Economia e do Emprego*. No caso de Alandroal, são relevantes as influências do Centro de Emprego e Formação Profissional de Évora e dos pólos do IEFP de Estremoz, Évora, Elvas e Reguengos de Monsaraz.

#### *1.1.1.3. A rede formal do ensino superior*

Nesta terceira rede, apesar de, fisicamente, não existir qualquer instituição de ensino superior, encontramos a presença, activa, da acção de instituições públicas de ensino superior localizadas na região (Universidade de Évora e os Institutos Superiores Politécnicos de Beja e de Portalegre) e da Universidade Aberta (instituição pública de ensino superior a distância, com um Centro Local de Aprendizagem no concelho vizinho de Reguengos de Monsaraz). O vasto património arqueológico, edificado e imaterial de Alandroal tornou este território num local de presença frequente de investigadores e de realização de trabalho com instituições de ensino superior de outros locais do país. Estas instituições, com a sua autonomia, são tuteladas pelo *Ministério da Educação e Ciência*. Por último, será de referir que a Universidade da Extremadura, com importante pólo localizado em Badajoz (a uma distância de, aproximadamente, 40 Km) é uma realidade importante a ter em conta, nesta rede de ensino superior.

#### *1.1.1.4. A rede formal de qualificação*

A rede formal de qualificação é constituída pelas organizações não governamentais da sociedade civil que, tendo celebrado protocolos com instituições

públicas financiadoras, disponibilizam oferta qualificante certificada. É o caso de fundações, instituições particulares de solidariedade social, associações de desenvolvimento local, associações juvenis, empresas e outras. Estas instituições são tuteladas pelos respectivos associados e pelas organizações públicas financiadoras. No caso do concelho de Alandroal, poderão ser referidas, pela presença e trabalho desenvolvido, instituições como a Casa do Povo de Santiago Maior, a Choupana – Associação para a Protecção e Desenvolvimento do Concelho de Alandroal, a Santa Casa da Misericórdia de Alandroal ou o Centro Social e Paroquial de Alandroal, entre outras.

## **1.2. As redes não-formais de qualificação**

No território do concelho de Alandroal, verifica-se a coexistência de sete redes não-formais de qualificação, que, em seguida, se indicam.

### **1.2.1. A rede não-formal de aprendizagem**

Constituída pelo universo de organizações não governamentais da sociedade civil que disponibilizam oferta qualificante não certificada. Para lá das instituições já indicadas anteriormente, poderão ainda incluir-se as associações de natureza desportiva, cultural e recreativa existentes em cada uma das freguesias do concelho. Este universo de instituições tem uma presença bastante activa no território, conta com uma participação significativa dos cidadãos e é tutelado pelos respectivos associados. Mais à frente, neste documento, apresentam-se as instituições que foram consideradas como exibindo maior potencial educativo e que serviram de base para a construção deste Atlas da Educação em Alandroal (cf. Anexo 1).

### **1.2.2. A rede não-formal de formação profissional**

Nesta dimensão, encontramos o universo de micro, pequenas e médias empresas locais, no seio das quais vão ocorrendo micro episódios de aprendizagem que proprietários e colaboradores vão concretizando. A aquisição de novos equipamentos, a adopção de novas estratégias de funcionamento, a contratação de novos colaboradores, a necessidade de cumprimento de novas regras contabilísticas ou organizacionais ou a necessidade de certificação dos produtos ou serviços disponibilizados são momentos em que ocorrem

aprendizagens, a maioria das vezes, não certificadas. Estas instituições são tuteladas pelos respectivos proprietários e, em determinadas circunstâncias, observam as indicações dos Ministérios da *Economia e do Emprego*, da *Solidariedade e Segurança Social* e das *Finanças*.

### **1.2.3. A rede não-formal das instituições da dimensão social**

Neste âmbito, encontramos as organizações não-governamentais que desenvolvem actividades de apoio às comunidades locais, respectivas famílias e indivíduos. Este universo de instituições, com forte presença no território e importante acção social, é tutelado pelos respectivos associados e cumpre, em determinadas circunstâncias, as indicações do *Ministério da Solidariedade e da Segurança Social* e do município. Esta rede encontra-se relativamente organizada, através do Conselho Local de Acção Social (CLAS) e da Rede Social de Alandroal, que possuem trabalho realizado e publicações de qualidade inquestionável, de que se destaca o *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Alandroal* (CMA/ Rede Social de Alandroal, 2007).

### **1.2.4. A rede não-formal das instituições culturais, desportivas e recreativas**

Nesta rede, desenvolvem actividade as instituições que promovem, divulgam e concretizam a actividade cultural, desportiva e recreativa. Estas organizações são tuteladas pelos respectivos associados e, em determinados casos, poderão celebrar protocolos com a Secretaria de Estado da Cultura, a Direcção Regional de Cultura do Alentejo, a Fundação INATEL, o Instituto Português do Desporto e da Juventude ou com as autarquias locais do concelho.

### **1.2.5. A rede não-formal das instituições de saúde**

Encontramos, neste plano, o Centro de Saúde de Alandroal, as 10 Extensões de Saúde existentes no território (Cabeça de Carneiro, Ferreira de Capelins, Hortinhas, Juromenha, Mina do Bugalho, Montejuntos, Orvalhos, Rosário, Santiago Maior e Terena), Farmácia e todas as organizações que, de forma directa ou indirecta, promovem actividades de aprendizagem não-formal, na área da saúde. Algumas destas instituições são tuteladas pelo *Ministério da Saúde*.

### **1.2.6. A rede não-formal das instituições de segurança**

No território em causa, encontramos a presença da Guarda Nacional Republicana que desenvolve acções de educação destinadas aos mais jovens, através do *Programa Escola Segura*, e aos mais idosos, através do *Programa Apoio 65 – Idoso em Segurança*. A Guarda Nacional Republicana é tutelada pelo *Ministério da Administração Interna*.

### **1.2.7. A rede não-formal da comunicação social**

Constituída pelos órgãos de comunicação social locais e regionais, com actividade no território. Encontram-se nestas condições alguns jornais e rádios locais e regionais localizados em concelhos próximos (Vila Viçosa, Borba, Estremoz, Reguengos de Monsaraz e Évora). Estas empresas são tuteladas pelos respectivos proprietários.

## **1.3. As redes informais de qualificação**

No território do concelho do Alandroal, existem, ainda, as redes informais que, em seguida, se apresentam e caracterizam.

### **1.3.1 As redes informais da convivialidade**

As redes informais, que se constroem e alimentam das redes comunitárias de convívio e de vizinhança são, na região do Alentejo – caracterizadas pelo povoamento concentrado, grande frequência de contactos sociais e força dos laços sociais e familiares – uma realidade muito importante no quotidiano de cada indivíduo. No Alandroal, esta é uma realidade com traços muito específicos, em consequência do povoamento existente no território e que é, de acordo com a Agenda XXI do concelho, um *“povoamento tipo disperso não muito comum no Alentejo, provocando isolamento humano e cultural que afasta as pessoas da vivência global das convivialidades e sociabilidades inerentes a espaços densamente concentrados, criando estereótipos e demarcações entre a população do concelho”* (TTERRA, 2011: 54). Este perfil de povoamento foi um dos aspectos que determinou a investigação de Carvalho (2010), relativamente aos estilos de aprendizagem de indivíduos iletrados de seis localidades de quatro freguesias do concelho de Alandroal, pois, na realidade, *“parece,*

*assim, colocar-se em evidência a existência de estilos locais de aprendizagem, nos inquiridos das seis localidades em estudo, pelas suas circunstâncias pessoais/motivacionais, territoriais (geográficas), sociais, convívias e institucionais” (Carvalho, 2010: 757).*

### **1.3.2. As redes informais dos espaços digitais e electrónicos**

O Alandroal está nas redes digitais, através de um número significativo de espaços de divulgação e debate (blogues) e de páginas pessoais, nomeadamente da rede social *Facebook*. Esta realidade digital está a crescer e constitui uma importante oportunidade de encontro, diálogo e partilha entre os alandroalenses.

## **1.4. Algumas coordenadas do mapa da qualificação em Alandroal**

Deste exercício de *cartografia educacional*, ficamos perante uma realidade bem mais rica e interessante do que aquela que nos é proporcionada quando a nossa observação é filtrada, exclusivamente, pelas lentes da educação formal.

De facto, podemos concluir da existência de 13 redes de aprendizagem no território em estudo e de, pelo menos, outras tantas tutelas. Esta realidade, heterogénea, diversa e inorgânica, remete-nos para a existência de vários pensamentos, diferentes saberes, distintas linguagens e múltiplas práticas educacionais, sendo certo que a maioria dos indivíduos frequenta, em simultâneo, muitos destes contextos de qualificação.

Na tentativa de organizar, de forma simples, a informação anteriormente indicada, apresentamos, em seguida, uma categorização das principais características dos saberes, linguagens e práticas educativas que se encontram presentes nas redes formais, não-formais e informais de educação existentes no território do município de Alandroal.

**Tabela 1. Características dos saberes, linguagens e práticas educativas**

	<b>Redes Formais</b>	<b>Redes não Formais</b>	<b>Redes Informais</b>
Saberes	- Académicos - Padronizados - Legitimados - Escritos - Hegemónicos - Acesso condicionado	- Não académicos - Pouco formalizados - Locais - Pouco ou nada escritos - Em “perigo de extinção” - Acesso livre	- Não académicos - Escritos - Vídeo e Imagem - Apela a competências tecnológicas - Participados e evolutivo - Acesso livre
Linguagens	- Científica - Escritas	- Empíricas - Pouco escritas ou orais	- Escritas - Públicas
Práticas Educativas	- Intrageracionais - Mais verticalizadas - Formalizadas - Monodimensionais	- Intra e intergeracionais - Menos verticalizadas - Conviviais - Multidimensionais	- Horizontais - Conviviais - Politizadas - Dinâmicas

Fonte: Nico (2012:106).

Outro aspecto a considerar, nesta cartografia dos contextos de qualificação de Alandroal, decorre da existência de, eventuais, segmentações dos contextos de aprendizagem (Nico, 2008, 2011, 2012):

- a) A **segmentação geracional dos contextos de aprendizagem**: decorre do predomínio dos indivíduos mais jovens nos contextos mais formais de qualificação, enquanto se verifica o inverso com os indivíduos menos jovens que frequentam mais os contextos não-formais e informais de convivialidade e vizinhança. Esta segmentação promove um predomínio do contacto intrageracional e uma rarefação dos contactos intergeracionais, facto que ainda é mais reforçado pelos diferentes espaços e tempos das rotinas pessoais e profissionais que os indivíduos adoptam, ao longo dos respectivos ciclos vitais;
- b) A **segmentação geracional na exposição aos saberes**: o aumento dos percursos formais de aprendizagem, por parte das gerações mais jovens, tem sido acompanhado por uma maior exposição a saberes, linguagens e práticas educativas mais escolares e padronizadas. Ao contrário, as gerações menos jovens estão mais expostas aos saberes, linguagens e práticas educativas menos escolares e menos padronizadas, mais localizadas nos contextos familiares e comunitários;
- c) A **ausência de diálogo entre os saberes e linguagens que coexistem no território**: esta realidade decorre da ausência dos saberes, linguagens e práticas educativas nos contextos formais e escolares de aprendizagem e do aumento, constante e progressivo, da distância entre as *culturas locais e escolares*;

d) **Um relacionamento interinstitucional casuístico e incoerente:** que resulta do carácter atomizado e descoordenado da acção educacional de cada instituição, em cada uma e no conjunto de todas as redes de qualificação.

Os resultados da cartografia que foi realizada no território do município do Alandroal (e que não será muito diferente do que existirá em todos os municípios portugueses) remetem-nos para um novo horizonte da realidade da qualificação nos territórios, onde identificamos novas coordenadas que determinam novas latitudes nos conceitos, nos pensamentos, nas práticas e nas decisões:

i) **Alargamento do *perímetro do conceito de instituição educativa***, no sentido de, nessa nova *geometria*, se incluir a totalidade do universo institucional de cada território, nomeadamente aquelas instituições em que se verifica a presença de **potencial educativo**<sup>3</sup>, no qual ocorre um conjunto diverso e rico de oportunidades de aprendizagem;

ii) Assumir a **geometria, sistémica, dinâmica e variável da rede territorial de aprendizagem**;

iii) **Instituir um pensamento não-hegemónico** que permita o diálogo e uma relação mutual entre a aprendizagem formal e as práticas educativas próprias dos contextos não-formais e informais e a convivência e complementaridade entre as instituições das redes públicas de qualificação e as organizações da sociedade civil das comunidades locais;

iv) **Não perder a memória das comunidades e dos territórios**, a qual, muitas vezes, só existe em plataformas culturais pouco organizadas, pouco escolarizadas e pouco escritas e muito afastadas dos sistemas formais e legitimados de expressão. Neste âmbito, as redes informais digitais podem desempenhar um relevante papel de patrimonialização e divulgação dessa cultura local;

v) **Não excluir as comunidades e os respectivos territórios** dos processos de desenho, construção e operacionalização dos sistemas formais de qualificação.

---

3 Entende-se **potencial educativo institucional** como o atributo das instituições não escolares em que se promovem, regularmente, oportunidades de aprendizagem em contextos não formais, com evidente organização, sequencialidade, intencionalidade e efeitos na educação e formação dos indivíduos que nelas participam.

O diálogo entre os sistemas de qualificação e os territórios deve ter, como principal *farol*, a promoção de dinâmicas de desenvolvimento e de coesão social. Nestas condições, pensar a qualificação, num determinado território, convida-nos a um diálogo entre múltiplos aspectos de uma realidade complexa, diversa e heterogénea. Um diálogo entre saberes, linguagens e práticas educativas de diferentes origens, diversas modalidades de divulgação, distintas formas de legitimação e representações peculiares, por parte dos indivíduos, famílias, instituições e comunidades. Mas, também, um diálogo activo no âmbito de uma pléiade de actores locais que coexistem e se relacionam nos mesmos espaço e tempo.

É nesta nova latitude conceptual que devemos observar, estudar e intervir na realidade da qualificação em cada território, em concreto. Considerar todas as manifestações e episódios de aprendizagem, incluir todos os seus promotores e atribuir a mesma dignidade e valor a toda a qualificação, independentemente da sua origem ou características, é um novo exercício territorial que se torna necessário promover (Nico, 2008, 2011, 2012). Esta necessidade foi comprovada por Galhardas (2012), quando esta indica que, no resultado do seu trabalho de investigação realizado na freguesia de Nossa Senhora da Conceição/Alandroal:

*“... o universo de instituições existentes superou, em grande medida, as expectativas iniciais e o conjunto de aprendizagens identificadas está, claramente, para lá do que seria imaginável, num território tão pequeno e com uma demografia tão baixa.*

*Temos, hoje, a clara percepção de que a análise das aprendizagens identificadas nos revelará um universo, ainda pouco conhecido, de contextos não formais e informais de educação, mas decisivo e significativo no processo de qualificação dos indivíduos residentes no concelho de Alandroal!” (Galhardas, 2012: 2)*

Cada alandroalense transporta, no seu portefólio pessoal de aprendizagem e de vida, o complexo contributo deste universo. Nenhum desses fragmentos é dispensável e todos têm o seu valor intrínseco. Se assim é, na vida de cada pessoa, assim deverá ser na realidade de cada território (Nico, 2011, 2012).

### **1.5. Carta Educativa de Alandroal: o novo *perímetro* conceptual, institucional e estratégico**

Naturalmente que o pensamento anterior nos conduziria sempre aqui: a um novo *perímetro* conceptual, institucional e territorial da Carta Educativa de Alandroal.

### **1.5.1. O perímetro actual**

As Cartas Educativas são instrumentos de planeamento e de prospectiva da rede escolar, com ênfase nas infra-estruturas mas também no reforço das condições pedagógicas de aprendizagem. Estão enquadradas, legal e operacionalmente, pelo Decreto-Lei 7/2003, de 15 de Janeiro, que as tornou obrigatórias e que as define, como sendo:

*"(...) a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município"* (Artigo 10º).

A sua elaboração é da competência das Câmaras Municipais, devendo ser aprovadas pelas Assembleias Municipais respectivas, após discussão e parecer dos Conselhos Municipais de Educação. As Cartas Educativas integram os Planos Directores Municipais, estando sujeitas a ratificação governamental, mediante parecer prévio vinculativo do Ministério da Educação e Ciência.

Assumem-se, como objectivos das Carta Educativas:

- a) Adequação da rede de oferta à procura;
- b) Gestão racional os recursos educativos;
- c) Fomento do funcionamento das escolas em agrupamentos;
- d) Análise da realidade tendo em vista o ordenamento progressivo e prospectivo;
- e) Garantir a coerência entre a política educativa e a política urbana do município (Artigo 11º).

### **1.5.2. O novo perímetro**

Natural e conseqüentemente, o perímetro conceptual, institucional e estratégico da Carta Educativa de Alandroal – que resulta do pensamento atrás exposto e da cartografia das aprendizagens realizada ao longo de vários anos, no âmbito da investigação científica realizada no terreno – ultrapassa o que está definido na legislação anteriormente referida. Na realidade, como é referido por Caride (1998: 238),

*"...as novas dinâmicas comunitárias devem ser concebidas como um processo de transformações estruturais, em que participem e se responsabilizem todos os membros da*

*comunidade, com finalidades autoconstrutivas, que se sintonizam com uma aspiração de desenvolvimento endógeno e sustentável, cujo último objectivo é melhorar a qualidade da vida”.*

Galhardas (2012: 165) sente essa mesma necessidade, quando refere que:

*“paralelamente à Carta Educativa, instrumento da competência das autarquias locais, sendo um dos seus objectivos organizar a rede de ofertas de educação e ensino (formal), existe, no território em estudo, um número significativo de instituições que têm proporcionado à comunidade situações educativas não formais e informais. Desta forma, “O conceito de aprendizagem ao longo da vida liga-se a um outro conceito, o de ‘sociedade educadora’, em que tudo pode e deve tornar-se uma oportunidade para aprender e para realizar o potencial de cada um (UNESCO, §9 da Agenda para o Futuro, cit. in Melo, et al (2002: 71).”*

Também Romão (2008) se refere a esta evolução do conceito de Carta Educativa, quando, sentindo que *“os actuais projectos educativos nas escolas e as cartas educativas não se constituem como documentos estruturantes. São estáticos e, por isso, limitados”* (p.212), indica que *“as cartas educativas apresentam-se como uma forte referência de mudança, permitindo a abolição do espectro de uma escola unicamente curricular e implementado estratégias para que esta se torne numa escola pluridimensional e extracurricular”* (p. 213).

Esta preocupação em alargar o *perímetro* dos pensamentos e das acções, no seio das redes territoriais é também sentida pela Rede Social de Alandroal, quando estes parceiros indicam a necessidade de:

*“Num concelho com fraca dinâmica económica que se traduz num associativismo incipiente e numa reduzida oferta cultural, é também importante que nalguma das valências destes novos equipamento, como sejam as bibliotecas e pavilhões gimnodesportivos, se abram à comunidade. A par da valorização dos equipamentos assim conseguida, aumenta-se a relação afectiva da comunidade com a escola, levando até ela, de modo informal, aqueles que a abandonaram precocemente ou nunca frequentaram, com toda a riqueza de interacções possíveis que daí resulta, convidando ao efectivo regresso.”* (CMA/ Rede Social de Alandroal, 2007: 18).

O conhecimento, em cada território, da rede de oportunidades de aprendizagem – contemplando todas as possíveis modalidades de qualificação, suas características, agentes promotores e públicos abrangidos –, constitui uma análise importante, pois permite avaliar do potencial educativo desse contexto territorial. Por outro lado, a definição pormenorizada dessa cartografia e conseqüente mapa poderá permitir um exercício de meta-análise e

meta-avaliação da própria realidade, no sentido de esta ser pensada de uma forma mais integrada e racional. Este exercício parece ser decisivo para que cada território assuma um maior protagonismo – porque mais consciente e autónomo – na sua própria qualificação, enquanto contexto promotor da qualificação das instituições e das pessoas que nele existem (Nico, 2011: 11).

Para lá de **acolher todas as instituições não escolares com potencial educativo e respectivas oportunidades de aprendizagem disponibilizadas**, a **Carta Educativa** deverá induzir outra dimensão deste exercício de alargamento do seu *perímetro*: **a aproximação da realidade da qualificação da realidade da economia e do desenvolvimento**. Na realidade, o encontro entre as trajectórias de qualificação realizadas nas redes de qualificação formal e as trajectórias de desenvolvimento económico e consequente emprego possuem, frequentemente, sentidos diferentes e descoordenados. Este facto tem sido, certamente, uma das principais alavancas despovoadoras das gerações mais jovens e mais qualificadas de Alandroal. Este efeito despovoador resultante do desencontro entre a qualificação e a economia é referido em documentos locais, nomeadamente o Plano Director Municipal de 1994. Aí, é referido que:

*“A outra componente tem a ver com o desfasamento entre as expectativas e a formação dos jovens e as respostas dadas pela estrutura económica do concelho. Estima-se que estejam a chegar à idade activa uma média anual de 90 jovens no concelho. Segundo cálculos para o conjunto da sub-região, cerca de 40% destes jovens poderão ter o 9º ano ou superior, procurando naturalmente ocupações fora da agricultura e socialmente mais valorizadas. A resposta a este problema exige duas actuações diferenciadas: Por um lado, trata-se de enfrentar situações de sazonalidade ou libertação de empregos agrícolas em relação a uma população de muito baixos níveis de instrução, o que pressupõe a criação de alternativas de empregos por conta de outrem ou a criação de esquemas de pluriactividade. Por outro, trata-se de responder às exigências de uma população jovem e instruída, o que poderá apontar para acções de formação que possam conduzir a esquemas de criação do próprio emprego ou do lançamento de novas iniciativas empresariais.” (CMA, 1994: 66).*

Aquando da revisão daquele instrumento estratégico, em 2006, esta preocupação mantém-se, uma vez que, aí, é referido que *“a qualidade do ensino, o ensino diferenciado e a qualificação profissional da população são cada vez mais vector e instrumento determinantes ao desenvolvimento económico”* (CMA, 2006: 23). Em momento posterior, esta preocupação volta a ser referenciada através da Rede Social de Alandroal, quando, no Plano Social para o concelho, se refere que se deve *“promover a qualificação profissional e competências de empregabilidade na área de hotelaria e turismo”* (CMA/Rede Social de Alandroal, 2007: 63).

Barreiros (2012: 77), em estudo realizado no concelho identifica esta preocupação na população inquirida, uma vez *os inquiridos que realizaram aprendizagens profissionais consideram que estas tiveram um grande impacto profissional (...) valorizando, assim, a sua formação e qualificação profissional*. Um aspecto relevante neste âmbito decorre do facto de *“a percentagem de aprendizagens de âmbito profissional que são certificadas é de 63%, ultrapassando o valor obtido no universo das aprendizagens pessoais, que é apenas de 23%”* (Barreiros, 2012: 77).

Um terceiro eixo de alargamento decorre da **necessidade de se considerar o exercício do Direito à Educação em qualquer momento da vida de cada pessoa, numa visão essencial e ampla do princípio da Aprendizagem ao Longo da Vida**. Incluir todas as necessidades de qualificação de toda a população, qualquer que seja a circunstância vital, é outro desafio que se coloca a uma Carta Educativa de *perímetro* alargado.

A Rede Social de Alandroal (2007) refere esta preocupação, quando defende a necessidade de *“ajustar o ensino e as escolas, através de programas específicos, às necessidades da população, de forma a ir ao encontro das necessidades de uma população adulta que não teve possibilidade de concretizar a sua escolaridade em tempo útil* (p.59). Também, em sede de Agenda XXI, se refere esta preocupação, de forma mais operacional, quando se indica que deve realizar o *“aproveitamento da rede de escolas primárias para a UPTÉ [Universidade Popular Túlio Espanca/Pólo de Alandroal] e outras actividades educacionais”* (TTERRA, 2011: 53).



## CAPÍTULO 2

### A INTERVENÇÃO: DESENHO E OPERACIONALIZAÇÃO

Na última década, o concelho de Alandroal foi objecto de diversos projectos de investigação em Ciências da Educação, nomeadamente os que envolveram a Câmara Municipal de Alandroal, a Universidade de Évora e a Direcção Regional de Educação do Alentejo e de que se destaca o projecto denominado "*Arqueologia das Aprendizagens no concelho de Alandroal*" promovido entre Janeiro de 2008 e Novembro de 2011 e que foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

Na sequência da concretização de todos os projectos de pesquisa concretizados, no âmbito da educação e da formação, no concelho de Alandroal, encontra-se, na actualidade, disponível um, extenso, objectivo e actual, corpo de conhecimentos acerca da realidade educacional do território, nas suas diversas dimensões [Barreiros (2012), Barrenho (2012), Carvalho (2010, 2011), Carvalho *et al* (2011), D'Órey (2008, 2011), Galhardas (2012), Grosso (2012), Nico (2008, 2011, 2012), Nico & Nico (2009, 2011), Nico *et al* (2009, 2010a, 2010b, 2011a, 2011b), Rocha (2011)]. De facto, nos últimos quatro anos foi inquirida a quase totalidade do universo de instituições existentes e em actividade no concelho e uma amostra significativa da população residente (Nico, 2011). Por outro lado, a informação recentemente disponibilizada pelo Recenseamento Geral da População – realizado em 2011, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2012) – e a informação existente nos diferentes documentos de gestão política local (CMA, s/d, 1994, 2006; CMA/ Rede Social de Alandroal, 2007; TTERRA, 2011) são circunstâncias que proporcionam um bom conhecimento da realidade demográfica, social e económica alandroalense, em muitas das dimensões relevantes para o processo de Revisão da Carta Educativa, que data de 2006.

Nestas condições e atendendo ao facto de a actual Carta Educativa de Alandroal se reportar a uma realidade existente em 2006, encontram-se reunidas boas condições para se proceder à revisão desse importante documento, na

sua dimensão fundamental – a dimensão da educação escolar, respectivas infra-estruturas físicas e população escolar – e no seu *perímetro* conceptual, institucional e estratégico, incluindo, no seu seio, a dimensão não-escolar disponibilizado pelas instituições da sociedade civil com papel relevante na qualificação da população, em todos os momentos da sua vida e, ainda, a fundamental relação entre a qualificação, a economia e o desenvolvimento sustentado do território.

## 2.1. Finalidade

O presente projecto de investigação-acção assumiu, como principal finalidade, proceder à revisão da actual Carta Educativa do concelho de Alandroal e iniciar o processo da respectiva implementação. Entendeu-se, como revisão da Carta Educativa, o processo técnico de cartografia da totalidade da rede de educação formal e não formal existente no território do concelho, envolvendo a identificação, caracterização e localização desejável das instituições de educação formal e a identificação e caracterização das instituições da sociedade civil com potencial educativo. No âmbito deste projecto, assume-se, também, como vector importante do trabalho a desenvolver, a apresentação de propostas concretas de intervenção, no âmbito da educação e formação de adultos, da qualificação profissional, do estabelecimento de parcerias intra e extra-concelhias promotoras de qualificação, do estabelecimento de relações entre a qualificação e a economia local e regional e, ainda, o acompanhamento, científico e técnico, das intervenções a realizar no território.

## 2.2. Objectivos operacionais

No sentido de concretizar a finalidade atrás referida, assumiram-se os seguintes objectivos operacionais:

I. **Redefinir a rede da educação formal escolar**, actualizando os dados da demografia escolar e as actuais localizações dos estabelecimentos de ensino, de acordo com o disposto na realidade existente e na realidade projectada nos documentos oficiais;

II. **Estabelecer a rede actual das ofertas de qualificação formal disponível no concelho**, para todos os públicos e disponibilizadas por todas as instituições a operar no território;

**III. Definir a rede de educação não-formal existente no território**, identificando e caracterizando o universo de instituições não-escolares com potencial educativo;

**IV. Estabelecer a rede actual das ofertas de qualificação não-formal disponível no concelho**, para todos os públicos e disponibilizadas por todas as instituições a operar no território;

**V. Caracterizar a população participante em dispositivos de educação não-formal** disponibilizados pelas instituições a operar no território;

**VI. Identificar necessidades de qualificação**, atendendo às características da população residente, das instituições existentes e aos principais vectores de desenvolvimento humano, social e económico assumidos pelo território;

**VII. Propor dispositivos de qualificação** adaptados às necessidades identificadas, às potencialidades existentes e aos recursos disponíveis;

**VIII. Responder às solicitações de apoio científico e técnico** solicitadas pela autarquia, quando solicitadas e dentro do âmbito do presente projecto;

**IX. Promover a celebração de Protocolos de Cooperação** com instituições consideradas significativas no bom desenvolvimento e concretização do projecto, nomeadamente a ex-Direcção Regional de Educação do Alentejo/DREA (entretanto substituída pela Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares-Direcção de Serviços da Região Alentejo/DGEstE-DSRALentejo), a Delegação Regional do Alentejo do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), a Direcção Regional do Alentejo do Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ), o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI) e as Juntas de Freguesia do concelho de Alandroal;

**X. Divulgar, através dos meios considerados adequados, os resultados do projecto**, na comunidade científica, nos meios de comunicação social nacionais, regionais e locais e junto da população local;

**XI. Promover, através das formas consideradas adequadas, a participação activa das pessoas e das instituições alandroalenses** na concretização do projecto.

### **2.3. Metodologia seguida e respectiva calendarização**

Para a concretização do presente projecto, propôs-se uma abordagem assente nos pressupostos da investigação-acção, atendendo à existência, em plano de concomitância, de duas fileiras metodológicas: **pesquisa** (através do processo de estudo descritivo da realidade, em todas as dimensões

concorrentes da qualificação); **intervenção** (uma vez que se propõe uma intervenção na própria realidade, no sentido da sua transformação).

**O projecto decorreu entre Fevereiro de 2012 e Julho de 2013** e, neste período, ocorreram as seguintes actividades e respectivo calendário de implementação:

**Tabela 2. Cronograma do projecto**

<b>Data</b>	<b>Actividade</b>
<b>Fevereiro de 2012</b>	Início formal do projecto
<b>Março de 2012</b>	Constituição da equipa de investigação
	Realização da primeira reunião de coordenação da equipa de investigação
	Realização de contactos exploratórios com eventuais parceiros
	Definição operacional do projecto
<b>Abril de 2012</b>	Contactos exploratórios no terreno, tendo em vista a construção de instrumentos
	Continuação dos contactos exploratórios com eventuais parceiros
	Recolha documental e bibliográfica
	Realização da segunda reunião de coordenação da equipa de investigação
<b>Mai de 2012</b>	<b>Realização do I Seminário no Fórum Cultural e Transfronteiriço de Alandroal</b>
	Apresentação do Projecto à população e instituições de Alandroal
<b>Junho de 2012 a Março de 2013</b>	Recolha de informação no terreno
<b>Julho de 2012</b>	Realização da terceira reunião de coordenação da equipa de investigação
<b>Outubro de 2012</b>	Realização da quarta reunião de coordenação da equipa de investigação
<b>Dezembro de 2012</b>	Realização da quinta reunião de coordenação da equipa de investigação
<b>Janeiro a Maio de 2013</b>	Análise e organização da informação recolhida
<b>Março de 2013</b>	Realização da sexta reunião de coordenação da equipa de investigação
<b>Junho de 2013</b>	Finalização da versão provisória da Carta Educativa do concelho de Alandroal
<b>Julho de 2013</b>	Submissão da versão provisória da Carta Educativa a parecer dos parceiros
<b>Mai de 2013</b>	Realização da sétima reunião de coordenação da equipa de investigação
<b>Julho de 2013</b>	Elaboração da versão definitiva da Carta Educativa do concelho de Alandroal
<b>Julho de 2013</b>	Realização do <b>II Seminário no Fórum Cultural e Transfronteiriço de Alandroal</b> tendo em vista a divulgação pública da nova Carta Educativa do concelho
<b>Ao longo de todo o projecto</b>	Apoiar, científica e tecnicamente, a Câmara Municipal de Alandroal na concretização de algumas das medidas contempladas na nova Carta Educativa
	Reunir com os parceiros do projecto, de acordo com as necessidades e as disponibilidades
	Participar em eventos científicos, divulgando o projecto
	Divulgar, na comunicação social, o projecto, respectivos desenvolvimentos e resultados
	Divulgar, na comunidade local, o projecto, respectivos desenvolvimentos e resultados

## 2.4. Parcerias a estabelecer

Como já foi referido, propôs-se a concretização de um conjunto de parcerias, através do estabelecimento de Protocolos de Cooperação que envolvessem a Câmara Municipal de Alandroal, a Universidade de Évora e as seguintes instituições:

- a. Delegação Regional do Alentejo do Instituto do Emprego e Formação Profissional (concretizado);
- b. ex-Direcção Regional de Educação do Alentejo/DREA, entretanto substituída pela Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares-Direcção de Serviços da Região Alentejo/DGEstE-DSRAentejo (concretizado);
- c. Direcção Regional do Instituto Português do Desporto e da Juventude (a concretizar);
- d. Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (a concretizar);
- e. Juntas de Freguesia do concelho de Alandroal (concretizado);
- f. Agrupamento de Escolas de Alandroal (concretizado);
- g. Instituições e empresas locais com potencial educativo (existente, em certos casos).

## 2.5. Produtos esperados

No âmbito da concretização do presente projecto produziram-se os seguintes resultados:

**Tabela 3. Produtos a obter do Processo de Revisão da Carta Educativa de Alandroal**

Produtos	Quantidade
Carta Educativa	1
Livro	1
Seminários	2
Participação em eventos científicos	2

## 2.6. Equipa de investigação

O projecto foi executado por uma equipa de investigadores do Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora (CIEP/UE) e da Câmara Municipal de Alandroal, coordenada pelo Professor Doutor José Carlos Bravo Nico, e integrou os seguintes elementos:

**Tabela 4. Equipa de investigação**

Membros	Instituição	Função
José Bravo Nico	CIEP/Univ. de Évora	Responsável
Lurdes Pratas Nico	CIEP/Univ. de Évora	Investigadora
Antónia Vieira Tobias	CIEP/Univ. de Évora	Bolseira de Investigação
Fátima Ferreira	CIEP/Univ. de Évora	Investigadora
Florbelva Valadas	Câmara Municipal de Alandroal	Investigadora

## 2.7. O instrumento

As finalidades do projecto, anteriormente indicadas, determinaram o aproveitamento de instrumentos concebidos, no âmbito da pesquisa realizada entre 2007 e 2011, denominada *Arqueologia das Aprendizagens no Concelho de Alandroal* (Nico, 2011). Assim, foram utilizados os dois Questionário das Aprendizagens Institucionais (QAI I e II). Em simultâneo, foi desenvolvida uma terceira componente, no sentido de acautelar a dimensão relativa ao futuro. Nestes termos, no âmbito do presente projecto de revisão da Carta Educativa de Alandroal, foi desenhado o **QAI / Questionário das Aprendizagens Institucionais**, de acordo com as seguintes dimensões:

**i) QAI (I)** – primeira dimensão dirigida para o perfil institucional, contemplando os seguintes aspectos:

*a) Identificação das Organizações*

- A1) A Área de Actividade;
- A2) A Localização das entidades;
- A3) Ano de Fundação e Interrupção da Actividade;
- A4) Recursos Humanos e as Entidades;
- A5) Certificação dos contextos organizacionais;

*b) Quotidiano e trabalho administrativo das organizações*

- B1) Trabalho administrativo;
- B2) Plano Anual de Actividade;
- B3) Iniciativas de educação/formação;
- B4) Relacionamento interinstitucional;
- B5) Qualificação da instituição relativamente à sua cultura organizacional;

*c) Formação na Organização*

- C1) Serviço autónomo de formação ou funcionários responsáveis pela formação;
- C2) Cooperar com instituições de formação/escolares;
- C3) Certificação para promover qualificação/formação;
- C4) Actividades de Âmbito Formativo;
- C5) Papel atribuído à formação;
- C6) Recursos Humanos e o tempo dedicado à formação;
- C7) Levantamento de necessidades de formação;
- C8) Avaliação da formação;
- C9) Práticas de formação/aprendizagem realizadas na Instituição;
- C10) Áreas/projectos em que a instituição poderá contribuir para a qualificação da população de Alandroal;

**ii) QAI (II)** – segunda dimensão focada na caracterização do perfil das aprendizagens organizadas e disponibilizadas pelas instituições do concelho de Alandroal ou com intervenção directa no território (ex. do IEFP), incluindo os seguintes aspectos:

*a) Identificação de Actividades de Aprendizagem;*

*b) Caracterização das actividades de aprendizagem;*

- b.1) Entidades responsáveis pelas actividades de aprendizagem;
- b.2) Recursos humanos envolvidos nas actividades de aprendizagem;
- b.3) Coordenadas de espaço e tempo de realização das actividades de aprendizagem;
- b.4) Avaliação das actividades de aprendizagem;
- b.5) Certificação das actividades de aprendizagem;
- b.6) Cooperação interinstitucional, financiamento e recursos no âmbito das actividades de aprendizagem;
- b.7) Relevância das actividades de aprendizagem em diversos contextos de vida.

O processo de validação do QAI envolveu três momentos distintos, mas complementares:

- i) **Submissão de uma primeira versão provisória ao especialista responsável pela elaboração da plataforma estatística do questionário**, no sentido de este avaliar a compatibilidade do instrumento com a aplicação informática específica que haveria de acolher e tratar a informação recolhida;
- ii) **Submissão de uma segunda versão provisória a um painel de especialistas** com experiência na elaboração, aplicação e análise de informação oriunda de questionários e solicitação de parecer dos mesmos, tendo em vista aperfeiçoar o QAI;
- iii) **Aplicação prévia de uma terceira versão provisória a duas instituições com perfil equivalente** às que iriam constituir o grupo a inquirir, tendo em vista avaliar a clareza e correcta leitura e interpretação do conteúdo do instrumento.

Após estes três passos, obteve-se a quarta versão, já definitiva, do instrumento a qual foi aplicada ao grupo de instituições indicadas no Anexo 1.

A aplicação do **QAI** envolveu os membros da equipa de investigação e teve, como base logística, o gabinete de investigação existente no Fórum Cultural Transfronteiriço de Alandroal.

## 2.8. A análise e a interpretação da informação recolhida

O procedimento de análise da informação foi suportado pela construção e exploração de um dispositivo estatístico próprio, em ambiente SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), de acordo com Pereira (2008). A abordagem privilegiada assentou numa matriz descritiva.

## 2.9. As instituições envolvidas

No sentido de se identificarem as instituições a incluir na primeira rede de trabalho, no âmbito da Carta Educativa do Concelho de Alandroal, estabeleceram-se e concretizaram-se os seguintes critérios:

- i) Instituições escolares;
- ii) Instituições formais de formação profissional;
- iii) Instituições integrantes do Conselho Municipal de Educação;
- iv) Instituições integrantes do Conselho Local de Acção Social;
- v) Câmara Municipal de Alandroal;
- vi) Instituições não escolares da sociedade civil com **Potencial Educativo**<sup>1</sup>;
- vii) Empresas com **Potencial Educativo**.

A aplicação destes critérios contou, ainda, com a informação existente e oriunda de investigações anteriormente realizadas no território [Barreiros (2012), Barrenho (2012), Carvalho (2010, 2011), Carvalho *et al* (2011), D'Orey (2008, 2011), Galhardas (2012), Grosso (2012), Nico (2008, 2011, 2012), Nico & Nico (2009, 2011), Nico *et al* (2009, 2010a, 2010b, 2011a, 2011b), Rocha (2011)].

O resultado deste processo de selecção institucional resultou na identificação de um universo de 83 instituições e 213 actividades de aprendizagens recensadas (cf. Anexo 1). Para lá das instituições indicadas, foi, também – através da concretização de entrevistas semi-directivas – recolhida informação junto do Instituto de Emprego e Formação Profissional/Serviços de Estremoz, do Centro Distrital de Évora do Instituto da Segurança Social e da Câmara Municipal de Alandroal.

---

1 Entende-se **potencial educativo institucional** como o atributo das instituições não escolares em que se promovem, regularmente, oportunidades de aprendizagem em contextos não formais, com evidente organização, sequencialidade, intencionalidade e efeitos na educação e formação dos indivíduos que nelas participam.

## CAPÍTULO 3

### A APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES COM POTENCIAL EDUCATIVO (IPE) DE ALANDROAL

Ao longo do presente capítulo, apresenta-se informação relativa às Instituições com Potencial Educativo (IPE) existentes no concelho de Alandroal. Após a recolha dos dados em 83 instituições que foram consideradas de elevado potencial educativo, **serão identificadas e caracterizadas as oportunidades de qualificação existente nestas instituições de Alandroal.**

Procurou-se conhecer o perfil das instituições respondentes no estudo, através da recolha de informação diversificada, que foi estruturada em duas dimensões:

- i) **dimensão ilustrativa**, que considerou aspectos como a origem institucional, área de actividade, ano de fundação, localização, recursos humanos envolvidos, quotidiano da entidade, trabalho administrativo;
- ii) **dimensão activa** (Verdasca, 2002), que procurou conhecer as práticas de formação na organização, a partir da opinião dos dirigentes.

Assim, proceder-se-á a uma **análise descritiva das variáveis consideradas.**

#### 3.1. Identificação das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

A identificação de instituições da sociedade civil com potencial educativo foi feita com recurso ao conceito atrás indicado e utilizando os elementos disponibilizados por estudo realizado anteriormente (Nico, 2011). Este processo de identificação resultou numa amostra de 83 instituições respondentes (Anexo 1).

#### 3.2. Área de actividade das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

De acordo com a natureza da actividade institucional, segundo a Classificação Portuguesa de Actividades Económicas (CAE), as organizações estudadas

distribuem-se da seguinte forma (salientando apenas as três categorias mais representadas):

1. As instituições pertencentes à categoria de **Actividades Artísticas, de Espectáculos, Desportivas e Recreativas** correspondem a **19,3%** da amostra, ou seja, 16 organizações;
2. Dez entidades pertencem à secção **Outras Actividades e Serviços** (12% do total de instituições consideradas);
3. As organizações da área do **Comércio e Restauração** estão representadas por 16 organizações, 8 associadas à área comercial (9,6%) e as restantes 8 à restauração.

De merecer atenção a tabela que se segue, ao agrupar as organizações pelas várias secções da Classificação Portuguesa de Actividades Económicas. Porém, esta leitura deve ser prudente, atendendo à realidade que reportam as organizações em estudo. Por exemplo, a categoria *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* é representada, na amostra estudada, apenas por entidades de comércio a retalho.

**Tabela 5. Área de Actividade das Instituições**  
(Classificação Portuguesa de Actividades Económicas\*)

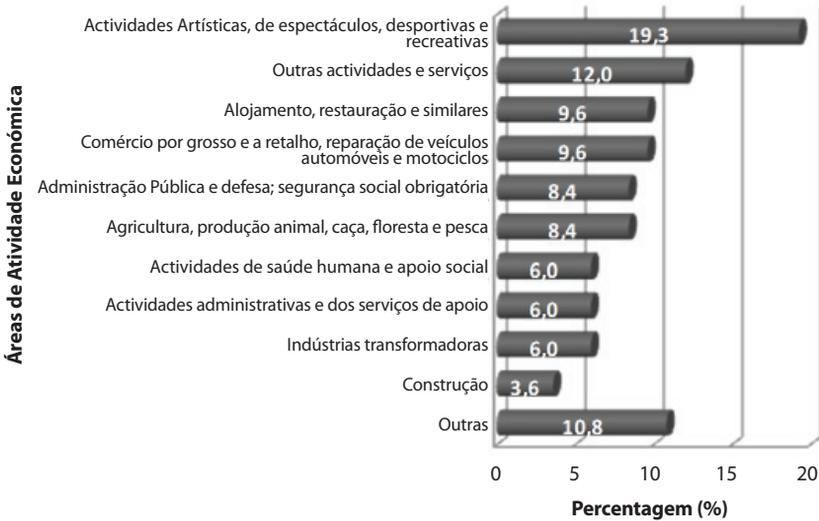
CAE	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
Actividades Artísticas, de Espectáculos, Desportivas e Recreativas	16	19,3
Comércio Por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos.	8	9,6
Alojamento, Restauração e Similares	8	9,6
Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta E Pesca	7	8,4
Administração Pública e Defesa	7	8,4
Indústrias Transformadoras	5	6,0
Actividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	5	6,0
Actividades de Saúde Humana e Apoio Social	5	6,0
Construção	3	3,6
Actividades Financeiras e de Seguros	2	2,4
Actividades de Consultoria, Científicas, Técnicas e Similares	2	2,4
Educação	2	2,4
Electricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio	1	1,2
Transportes e Armazenagem	1	1,2
Actividades de Informação e de Comunicação	1	1,2
Outras Actividades e Serviços	10	12,0
<b>TOTAL</b>	<b>83</b>	<b>100,0</b>

**Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013**

\*de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 381/2007, de 14 de Novembro (Classificação Portuguesa de Actividades Económicas)

A categoria “*Outras actividades e serviços*” com algum peso nas organizações estudadas, é representativa de actividades de organizações associativas de natureza cultural e recreativa, reparação de computadores de uso doméstico e serviços pessoais, como a actividade dos salões de cabeleireiro.

**Gráfico 1. Área de Actividade das Instituições**  
(Classificação Portuguesa de Actividades Económicas)



**Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013**

Foi solicitado aos responsáveis das 83 instituições que classificassem o contexto organizacional das suas instituições, de acordo com a respectiva natureza jurídica e funcional. De seguida, apresentam-se os resultados obtidos (cf. Tabela 6) e depreende-se da sua leitura que:

- A maioria das instituições que participaram no estudo pertence ao grupo das empresas, correspondendo a 47,0% das entidades;
- As associações participantes representam 21,7% da amostra;
- 10,8% das entidades respondentes pertence ao grupo das autarquias ou das instituições delas directamente dependentes (Juntas de Freguesia, Biblioteca Municipal, Fórum Cultural e Transfronteiriço de Alandroal, Posto de Turismo).

**Tabela 6. Natureza jurídica e funcional das Organizações**

Natureza jurídica e funcional	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
EMPRESA	39	47,0
ASSOCIAÇÃO	18	21,7
AUTARQUIA	9	10,8
INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	8	9,6
COOPERATIVA	2	2,4
ESTABELECIMENTO DE ENSINO	1	1,2
OUTRA	6	7,2
<b>TOTAL</b>	<b>83</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

### 3.3. Localização das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

As organizações estudadas no concelho não estão equitativamente distribuídas pelas várias freguesias do município, nem a distribuição espacial das organizações se considerou como critério do respectivo potencial educativo. As instituições consideradas encontram-se distribuídas da seguinte forma:

- a) A freguesia de Alandroal reúne 55,5% das IPE. A presença de serviços da administração pública local, bem como a indústria mais estruturada se localizar nesta freguesia de natureza mais urbana justificarão esta posição;
- b) Santiago Maior reúne 27,7% destas organizações. O associativismo e as pequenas empresas têm algum peso na ponderação das organizações com potencial educativo;
- c) Na terceira posição, surge a freguesia de Terena, localizada no eixo central do município, apresentando 8,4% das organizações em estudo.

**Tabela 7. Localização das IPE no concelho de Alandroal**

Freguesia	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
ALANDROAL	47	56,6
SANTIAGO MAIOR	22	26,5
TERENA	7	8,5
JUROMENHA	5	6,0
CAPELINS	1	1,2
S. BRÁS DOS MATOS	1	1,2
<b>TOTAL</b>	<b>83</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

### 3.4. Antiguidade e período de actividade das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

Algumas das organizações estudadas são relativamente recentes. Como ilustra a tabela seguinte, 60,9% das instituições surgiu nas últimas décadas (entre os anos de 1988 e 2012). As quatro entidades mais recentes são:

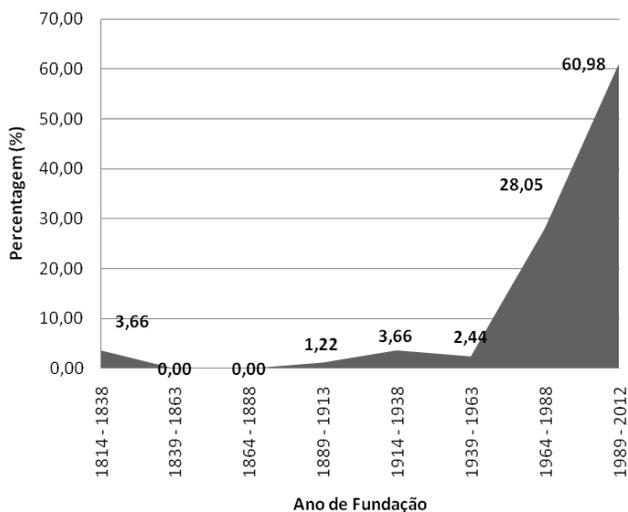
- a) Grupo de Amigos de Juromenha;
- b) Associação Empresarial da Região do Alandroal (ASSERAL);
- c) PSIFOR - Psicologia do Trabalho e Formação
- d) Wadnature - Animação Turística Unipessoal Lda.

Parece ser de relevar o facto de duas destas instituições pertencerem à freguesia mais pequena do concelho, demograficamente considerada (Juromenha). Efectivamente, foram feitos investimentos recentes na freguesia, ao nível do turismo e verifica-se uma dinâmica de recuperação do património naquela zona, ao nível da relação com o rio e com o património edificado.

**Tabela 8. Ano de fundação das IPE**

Ano de fundação	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
1814 - 1838	3	3,6
1839 - 1863	0	0,0
1864 - 1888	0	0,0
1889 - 1913	1	1,2
1914 - 1938	3	3,7
1939 - 1963	2	2,4
1964 - 1988	23	28,2
1989 - 2012	50	60,9
<b>TOTAL</b>	<b>83</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

**Gráfico 2. Ano de fundação das IPE**

**Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013**

Apenas 8 das instituições interromperam a actividade (9,6%) por períodos relativamente curtos. As restantes mantiveram-se activas, desde o momento da sua constituição.

### **3.5. Recursos Humanos das Instituições com Potencial Educativo (IPE)**

Os recursos humanos envolvidos nas organizações assumem diferentes perfis. A qualidade de sócio é o perfil mais expressivo nestes contextos organizacionais, seguindo-se o de trabalhador e de utente.

As IPE que têm mais de 30 trabalhadores fazem-se representar por 3 empresas, designadamente: Alandal-Sociedade Agropecuária do Alandroal, SA. (137 trabalhadores), Sociedade Agrícola da Herdade do Pigeiro e Empresas Associadas (50 trabalhadores) e a Jurofrutas, Lda. (39 trabalhadores) localizada na freguesia de Juromenha. A Santa Casa da Misericórdia de Alandroal e o Agrupamento de Escolas do Alandroal também contribuíram para uma elevada média de trabalhadores, com 38 e 117 trabalhadores, respectivamente.

**Tabela 9. Recursos Humanos que integram as IPE**

Categoria	Média	Máximo (n)	Entidades		Pessoas (n)
			N	%	
UTENTES	521	521	1	1,2	521
SÓCIOS	280,4	2000	25	30,1	7012
OUTRA	18,7	150	8	9,6	291
VOLUNTÁRIOS/COLABORADORES	11,6	43	12	14,5	139
TRABALHADORES	11,1	136	62	74,7	597
SÓCIOS GERENTES	4,1	15	38	45,8	154

**Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013**

Relativamente aos grupos profissionais existentes nas IPE (Tabela 10), no que respeita às 62 organizações que referiram ter trabalhadores, pode-se considerar o seguinte:

- a) a maioria das organizações tem colaboradores remunerados (95,1%);
- b) Em 41 entidades, há 63 pessoas com ensino superior concluído.

**Tabela 10. Grupo profissional dos colaboradores**

Grupo profissional	Entidades		Trabalhadores	Média
	N=62	%		
OPERÁRIOS (1.º e 2º Ciclos do Ensino Básico)	59	95,1	424	7,2
QUADROS INTERMÉDIOS (3.º Ciclo do Ensino Básico)	46	74,2	105	2,3
QUADROS MÉDIOS (Ensino Secundário e Pós-Secundário)	42	67,7	19	0,4
DIRIGENTES	42	67,7	77	1,8
QUADROS SUPERIORES (Licenciatura, Mestrado ou Doutoramento)	41	66,1	63	1,5
OUTRO(S)	34	54,9	2028	59,7

**Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013**

No que respeita à distribuição dos colaboradores da IPE, como se pode verificar através da Tabela 11, na maioria das IPE participam indivíduos de ambos os sexos. Existem 17 IPE em que participam apenas indivíduos do sexo masculino. Destas, destacam-se o Grupo Desportivo e Recreativo do Rosário (157 homens), a Sociedade Columbófila Alandroalense (47 homens), a Delegação Fuzileiros de Juromenha/Elvas (33 homens) e o Clube de Caçadores do Alandroal (30 homens). O associativismo movimenta mais os habitantes masculinos e é

precisamente no associativismo onde o maior número absoluto de homens participa, embora, nestas IPE, também participem algumas mulheres.

**Tabela 11. Género nas IPE**

Género	Entidade (n=83)	Percentagem (%)
AMBOS	53	63,9
SÓ MASCULINO	17	20,5
SÓ FEMININO	9	10,8
NÃO RESPONDE	4	4,8
<b>TOTAL</b>	<b>83</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

### 3.6. Certificação nas Instituições com Potencial Educativo (IPE)

No que se refere a IPE com algum tipo de certificação institucional, verifica-se o seguinte:

**Tabela 12: A Certificação nas IPE**

Entidade	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)	Certificações
CERTIFICADA	47	56,6	74
NÃO CERTIFICADA	36	43,4	0
<b>TOTAL</b>	<b>83</b>	<b>100,0</b>	<b>74</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

De acordo com a informação da tabela anterior, verifica-se que 56,6% das IPE possui algum tipo de certificação, enquanto 43,4% refere não possuir qualquer tipo de certificação. Porém, com alguma reflexão somos levados a querer que o respondente por questões de confidencialidade, preservação de informações administrativas e/ou desconhecimento referiu, algumas das vezes, não possuir qualquer tipo de certificação. Das IPE certificadas, 47 têm uma média de 1,6 certificados. Destacam-se as certificações decorrentes da necessidade de possuírem HACCP (*Hazard analysis and critical control points*),

outras promovidas pela Associação Comercial do Distrito de Évora (ACDE) ou pelo Ministério da Agricultura, do Mar, da Atmosfera e do Ordenamento do Território. As entidades anteriores certificam a actividade de 14 IPE e são as que manifestamente têm uma maior expressão na actividade do concelho. De referir que algumas destas certificações decorrem de imposição legal e são necessárias ao funcionamento da instituição.

**Tabela 13. Entidades Certificadoras das IPE**

Entidade certificadora	Frequência absoluta (n=74)	Frequência relativa (%)
HAZARD ANALYSIS AND CRITICAL CONTROL POINTS (HACCP)	8	10,7
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO DISTRITO DE ÉVORA (ACDE)	3	4,1
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS	3	4,1
ALVARÁ	2	2,7
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO (CCDRA)	2	2,7
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE PESCA DESPORTIVA	2	2,7
INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO (IRN)	2	2,7
TRIBUNAL DE CONTAS	2	2,7
<b>OUTRAS<sup>1</sup></b>	<b>50</b>	<b>67,6</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>74</b>	<b>100,0</b>

**Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013**

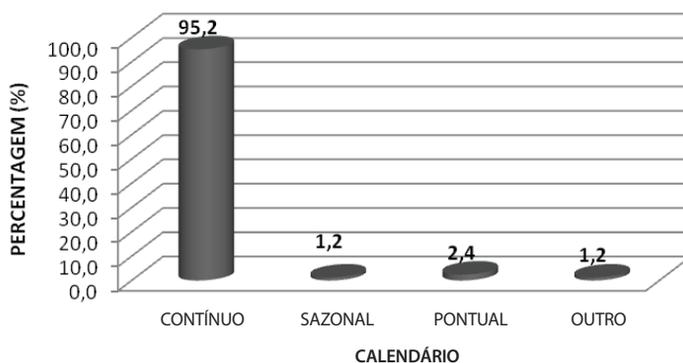
1 AGRICERT - Certificação de Produtos Alimentares, Lda., AGRIS - Programa Operacional do Alentejo; Alvará de Construção Civil; Alvará de Construção, Electricidade; Alvará de exploração; Alvará emitido pela Câmara Municipal de Alandroal; Aquimisa, Lda. (Soluções em Segurança Alimentar, Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (ARESP); Administração Regional de Saúde do Alentejo; Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas (AECOPS); Associação Futebol Évora; Associação Nacional de Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares (ANCIPA); Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR); Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P. (INFARMED); Câmara Municipal de Alandroal; Certificação de Comercio e Transformação; CERTIS - Controlo e Certificação, Lda.; Cruz Vermelha (órgãos centrais); Desinferul (Higiene e segurança no trabalho); Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas (DGALB); Direcção Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (DGADR); Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL); Direcção de Serviços Veterinários da Região Alentejo; ECC - Engenharia, Segurança e Qualidade; Governo da República Portuguesa; Guarda Nacional Republicana (GNR); Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM); Inspeção-Geral das Actividades Culturais (IGAC); Instituto da Mobilidade dos Transportes Terrestres (IMTT); Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI); Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP); Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP I.P.); Instituto Nacional de Estatística (INE); Instituto Português da Juventude e do Desporto (IPJD); Interprev- Segurança e Higiene no Trabalho; ISA 9001 (Candidaturas manuais de segurança social); ISO 14400; Ministério da Administração Interna; Ministério da Educação e Ciência; Licenciamento de caça turística; Ministério da Saúde; Programa Operacional da Educação (Prodep); Registo Nacional de Associações; Santa Casa da Misericórdia; Segurança Social; União Europeia.

### 3.7. Quotidiano de funcionamento das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

Os contextos organizacionais das IPE estudados no concelho de Alandroal foram analisados relativamente ao seu calendário, horário e modalidades de acesso às instalações. Assim, verificou-se que:

- a) Apenas 4 contextos organizacionais (4,8% do total) não funcionam ao longo de todo o ano civil. Neste regime, encontra-se a Associação Desportiva e Cultural de Santiago Maior e a Associação Núcleo de Cultura e Formação de Hortinhas. O calendário de actividades destas IPE concentra-se nos fins-de-semana comemorativos;
- b) À semelhança do calendário de funcionamento das IPE, também o horário reduzido é referido por algumas das instituições, designadamente: a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento Vertical do Alandroal, Associação Desportiva e Cultural de Santiago Maior, Associação Jovem de Santiago Maior, Associação Núcleo de Cultura e Formação de Hortinhas, Centro Cultural do Alandroal (Banda Filarmónica), Secção de Pesca do Clube Sport Juventude, Os Marujos e uma recente empresa que é gerida a tempo parcial ( PSIFOR - Psicologia do Trabalho e Formação);
- c) 12% das entidades tem um horário contínuo (10 IPE), nomeadamente:
  - i) os Lares de Idosos, que prestam um serviço permanente, assim como duas entidades do sector da Hotelaria (Landroal Residencial, Lda. e a Casa da São/Turismo Rural);
  - ii) as entidades de segurança e protecção civil, como a GNR, os Bombeiros Voluntários de Alandroal e a Delegação da Cruz Vermelha de Santiago Maior permanecem em actividade 24 horas por dia.

**Gráfico 3. Calendário de funcionamento IPE**



**Gráfico 4. Horário de funcionamento das organizações**



Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

### 3.8. Dimensão administrativa das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

A maioria das entidades organiza a sua contabilidade. Porém, 20,5% não o faz ou não se pronunciou sobre essa dimensão.

**Tabela 14. Organização da Contabilidade das IPE**

Trabalho administrativo	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
CONTABILIDADE ORGANIZADA	66	79,5
CONTABILIDADE NÃO ORGANIZADA	17	20,5
<b>TOTAL</b>	<b>83</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Ainda relativamente ao trabalho administrativo das IPE consideradas no estudo, como se pode observar na Tabela 15, aferiu-se da regularidade de realização de reuniões de Direcção, de Assembleia-Geral e de trabalho interinstitucional. As reuniões de Direcção (61,4%) e de Assembleia-Geral (50,6%) são as mais praticadas. Estas podem ser obrigatórias em algumas entidades, havendo assim um calendário e periodicidade associados à concretização das mesmas.

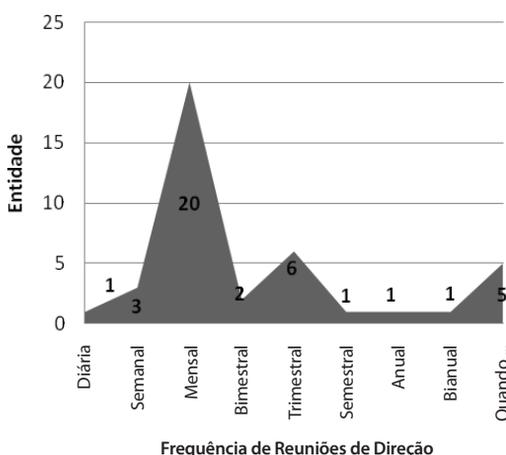
**Tabela 15. Actividades administrativas desenvolvidas nas entidades**

Actividades desenvolvidas na entidade	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
REUNIÕES DE DIRECÇÃO	51	61,4
REUNIÕES DE ASSEMBLEIA-GERAL	42	50,6
REUNIÕES DE TRABALHO	37	44,6
REUNIÕES INTERINSTITUCIONAIS	28	33,7
OUTRAS REUNIÕES	8	9,6

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

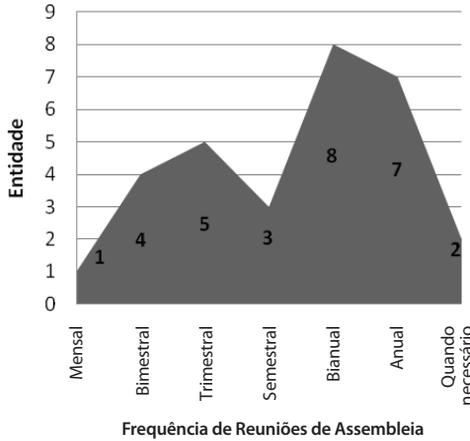
Como se depreende da leitura do gráfico seguinte, relativamente à frequência de realização de reuniões, verifica-se o seguinte:

- As reuniões de Direcção são as que se realizam com maior frequência. A regularidade mensal prevalece sobre qualquer outra (Gráfico 5);
- As reuniões de Assembleia-Geral realizam-se, de forma maioritária, anual ou bianualmente (Gráfico 6);
- As reuniões de trabalho acontecem, na sua maioria, sempre que seja necessário.

**Gráfico 5. Frequência de ocorrência de reuniões de Direcção (n=41)**

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

**Gráfico 6. Frequência de ocorrência de reuniões de Assembleia-Geral (n=33)**



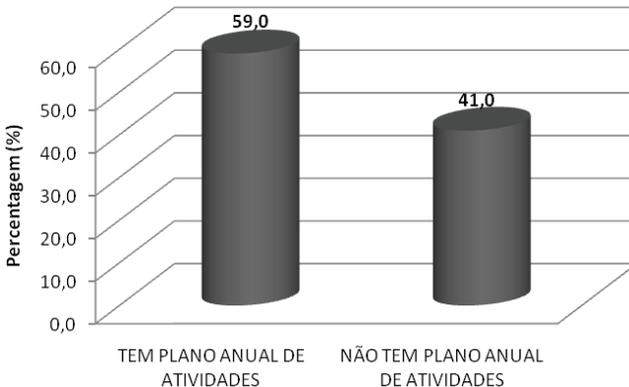
Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

### 3.9. Plano Anual de Actividades das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

Os responsáveis dos contextos organizacionais, quando questionados acerca da elaboração de um Plano Anual de Actividades, indicaram que:

a) a maioria dos contextos organizacionais (59%) tem elaborado um plano prevendo as actividades para o ano civil seguinte e respectivo orçamento.

**Gráfico 7. Plano Anual de Actividades**



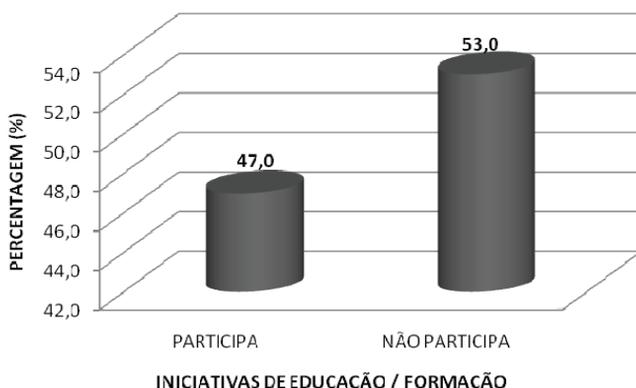
Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

### 3.10. Iniciativas de educação/formação das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

As 83 entidades que participaram na recolha da informação foram questionadas acerca sua participação em iniciativas de educação/formação.

A maioria das entidades respondeu que (53%) que não participa em iniciativas de educação/formação.

**Gráfico 8. Participação em iniciativas de educação/formação**



**Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013**

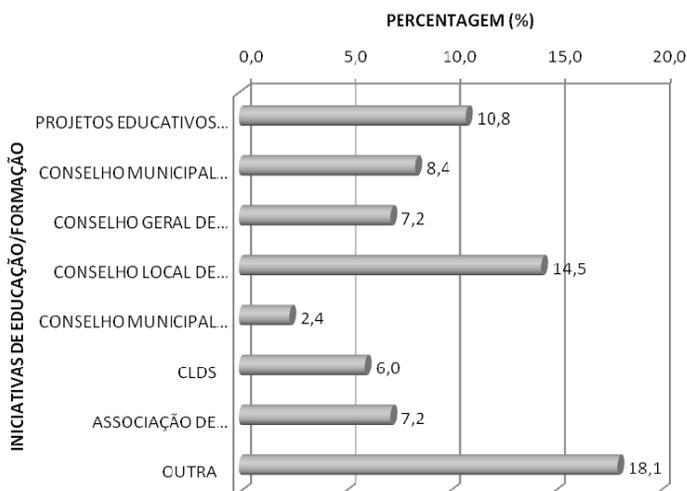
Das entidades que participam em iniciativas de educação/formação, verifica-se que a maioria o faz a partir de iniciativas não organizadas nem sistemáticas. De entre essas iniciativas, encontram-se as seguintes:

- i) Contactos institucionais com o Agrupamento Vertical de Escolas de Alandroal;
- ii) Aprendizagem e troca de experiências entre sócios;
- iii) Actividades de sensibilização nas escolas;
- iv) Promoção de estágios profissionais;
- v) Participação no Conselho Municipal de Segurança;
- vi) Feiras de divulgação dos produtos;
- vii) Formação no Agrupamento Vertical de Escolas de Alandroal;
- viii) Participação em seminários e colóquios;
- ix) Participação no Núcleo Local de Inserção (NLI);
- x) Plano de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Alandroal;
- xi) Integração nas actividades desenvolvidas na rede de bibliotecas.

De entre as actividades apresentadas, as IPE que participam (47%) em iniciativas de educação e/ou formação, indicam as seguintes modalidades de participação:

- a) A participação em projectos educativos e/ou iniciativas de âmbito formativo;
- b) A participação no Conselho Municipal de Educação
- c) A participação no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Alandroal;
- d) A participação no Conselho Local de Acção Social
- e) A participação na Associação Empresarial da Região do Alandroal (ASSERAL).

**Gráfico 9. Participação em iniciativas de educação/formação**



Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

### 3.11. Relacionamento interinstitucional das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

Acerca do relacionamento interinstitucional, o estudo aferiu acerca de eventual relacionamento com demais entidades e tentou compreender a natureza do vínculo e/ou tipologia de parceria se estabeleceu. Apesar de 36,1% contextos organizacionais não possuir ou não referir estabelecer parcerias com

outras entidades, a maioria (63,9%) refere ter esse relacionamento na lógica da existência de um trabalho em cooperação com outros organismos/entidades.

**Tabela 16. Relacionamento interinstitucional**

Contextos organizacionais		Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
COM PARCERIAS	COM PROTOCOLO	33	39,8
	SEM PROTOCOLO	7	8,4
	COM E SEM PROTOCOLO	13	15,7
	<b>Subtotal</b>	<b>53</b>	<b>63,9</b>
SEM PARCERIA		30	36,1
<b>TOTAL</b>		<b>83</b>	<b>100,0</b>

**Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013**

Verifica-se que, das 53 entidades que referiram ter estabelecido parcerias:

- a) 33 IPE têm parcerias protocoladas (39,8% das 83 IPE);
- b) Existe um total de 191 parcerias concretizadas por 53 IPE.

Foram identificadas 175 entidades parceiras (cf. Tabela 17), no relacionamento interinstitucional. Nas entidades mais referidas, encontram-se a Câmara Municipal de Alandroal (19,4%), a Santa Casa da Misericórdia de Alandroal, o Agrupamento de Escolas de Alandroal, o Instituto do Emprego e Formação Profissional e o Lar Cantinho Amigo.

**Tabela 17. Instituições parceiras das IPE**

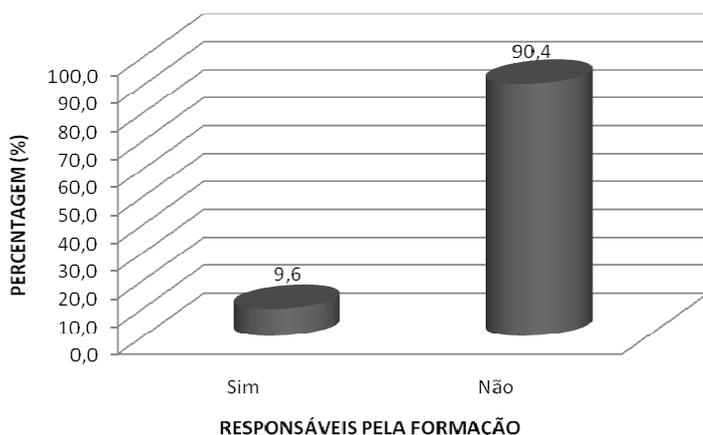
Entidade parceira	Frequência absoluta (n)
CÂMARA MUNICIPAL DE ALANDROAL	34
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALANDROAL	6
AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DE ALANDROAL	5
INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	5
LAR CANTINHO AMIGO	5
INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL/ CENTRO DISTRITAL DE ÉVORA	4
JUNTA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO/ALANDROAL	4
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO ALENTEJO	3
BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALANDROAL	3
GUARDA NACIONAL REPUBLICANA	3
ASSOCIAÇÃO DA RESTAURAÇÃO E SIMILARES DE PORTUGAL	2
ASSOCIAÇÃO CHÃO DOS MENINOS	2
CÂMARA MUNICIPAL REGUENGOS DE MONSARAZ	2
CONFEDERAÇÃO DE AGRICULTORES DE PORTUGAL	2
CENTRO DE SAÚDE DE ALANDROAL	2
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE ALANDROAL	2
CERCI ESTREMOZ	2
INALENTEJO	2
INOVINTER	2
JUNTA DE FREGUESIA DE TERENA	2
MUNICÍPIO DE VILA VIÇOSA	2
UNIVERSIDADE DE ÉVORA	2
(...)	(...)
<b>TOTAIS</b>	<b>175</b>

**Fonte:** Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

### **3.12. Serviço autónomo de formação ou funcionários responsáveis pela formação nas Instituições com Potencial Educativo (IPE)**

A existência de um serviço ou núcleo autónomo de formação não é prática comum nas IPE de Alandroal. Porém, algumas entidades referem ter recursos humanos responsáveis pela formação, designadamente:

- a) Centro Cultural do Alandroal (Banda Filarmónica);
- b) Centro de Cultura e Recreio de Aldeia da Venda;
- c) Centro Social e Paroquial do Alandroal;
- d) Cooperativa Agrícola do Alandroal;
- e) Escola de Condução Pêro Rodrigues;
- f) Jurofrutas, Lda.;
- g) PSIFOR - Psicologia do Trabalho e Formação.

**Gráfico 10. Formação da responsabilidade da IPE**

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Relativamente à qualificação das pessoas que integram os núcleos específicos de formação, verifica-se o seguinte:

**Tabela 18. Habilitação académica dos responsáveis pela formação**

Integração de serviço de formação	Pessoas	Entidades
ENSINO BÁSICO	0	0
ENSINO SECUNDÁRIO	7	2
ENSINO PÓS-SECUNDÁRIO	0	0
LICENCIATURA	16	3
MESTRADO	7	3
DOUTORAMENTO	5	1
<b>TOTAIS</b>	<b>35</b>	<b>-</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

### 3.13. Cooperação das Instituições com Potencial Educativo (IPE) com instituições de formação

Relativamente à existência de cooperação das IPE com instituições de formação, verifica-se que há uma evidente disponibilidade para a concretização dessa parceria (cf. tabela seguinte).

**Tabela 19. Disponibilidade para cooperar com instituições de formação**

Disponibilidade para cooperar	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
SIM	79	95,2
NÃO	4	4,8
<b>TOTAL</b>	<b>83</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

A investigação e os estágios profissionais são duas modalidades de cooperação para as quais as IPE se encontram mais disponíveis. Outras modalidades possíveis para concretizar a cooperação são a colaboração com as escolas, a formação pessoal dos membros das instituições, a ocupação dos tempos livres e as visitas de estudo.

**Tabela 20. Modalidades de Cooperação na área da educação**

Modalidades de cooperação	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
INVESTIGAÇÃO	61	73,5
ESTÁGIOS PROFISSIONAIS	58	69,9
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	31	37,3
PROJECTOS DE INTERVENÇÃO EDUCATIVA	27	32,5
CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	25	30,1
PROJECTOS EDUCATIVOS	22	26,5
OUTRAS INICIATIVAS	8	9,6

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

### 3.14. Actividades de âmbito formativo das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

As IPE realizam algumas actividades de natureza formativa, sendo de destacar que:

- a) A maioria dos contextos organizacionais (88,0%) realiza levantamento das suas lacunas, através de um diagnóstico interno de necessidades de formação;
- b) Cerca de metade das entidades participa no planeamento/concepção da formação (50,6%);
- c) 36,1% das IPE executa/implementa acções de formação na instituição.

**Tabela 21. Actividades de âmbito formativo**

Actividades formativas	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES	73	88,0
PLANEAMENTO/CONCEPÇÃO DA FORMAÇÃO	42	50,6
ORGANIZAÇÃO DA FORMAÇÃO	33	39,8
IMPLEMENTAÇÃO DAS ACÇÕES FORMATIVAS	30	36,1
AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO	28	33,7
OUTRA(S)	1	1,2

**Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013**

Face à carência de recursos disponibilizados pelas próprias entidades para a prestação destes serviços formativos e à preocupação que as entidades têm com a qualificação dos recursos humanos, consideram-se duas linhas de actividades de formação (diagnóstico, planeamento/concepção, organização, implementação e avaliação da formação):

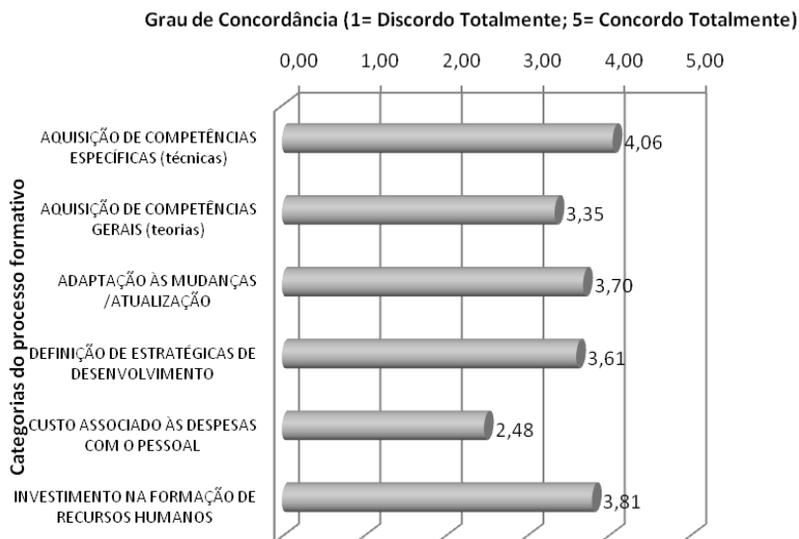
- a) As formações ocorridas nas entidades são de teor informal e de passagem de testemunho entre os funcionários;
- b) As entidades exteriores aos contextos organizacionais têm um peso preponderante na execução de actividades formativas.

As entidades exteriores que têm desempenhado um papel relevante nas actividades de natureza formativa têm sido as seguintes:

- a) Administração Regional de Saúde do Alentejo;
- b) Aliende-Associação para o Desenvolvimento Local
- c) Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP);
- d) Associação Nacional das Farmácias (escola de formação);
- e) Associação para a Formação Tecnológica no Sector das Rochas Ornamentais e Industriais (ESTER);
- f) Ceforcórdia, que desenvolve a sua actividade no âmbito da formação profissional destinada à União das Misericórdias Portuguesas, entidade acreditada pelo Instituto para a Qualidade na Formação;
- g) Centro de Formação e Inovação Tecnológica (INOVINTER);
- h) Centro de Formação Márgua;
- i) Centro de Medicina e Higiene da Segurança no Trabalho, Lda;
- j) Centros Novas Oportunidades do IEFP e da *Partner*-Hotel;
- l) Centro Tecnológico da Pedra Natural de Portugal (CEVALOR);
- m) Engenharia, Segurança e Qualidade (ECC), que presta serviços às pequenas e médias empresas em diversos domínios, como contabilidade, auditoria financeira, avaliação de empresas, incentivos, processamento de salários, startup empresa, reestruturação empresarial, implementação de sistemas de gestão da qualidade;
- n) Escola de Comércio de Lisboa;
- o) Escola Nacional de Bombeiros;
- p) Engenheiros particulares (área alimentar, entre outras);
- q) Federação Portuguesa de Columbofilia;
- r) Feira Internacional do Porto (Exponor);
- s) Fidelidade Mundial (Évora);
- t) Instituto de Registos e do Notariado;
- u) Instituto de Emprego e Formação e Formação Profissional (IEFP);
- v) MCA, M.Couto Alves, SA Construções.
- x) ITT Canon;
- z) Laboratórios;
- ab) Métodos Revlon Wella (profissionais de cabeleireiros);
- ac) Núcleo Empresarial da Região de Évora (NERE).

### **3.15. Papel atribuído à formação pelas Instituições com Potencial Educativo (IPE)**

O papel atribuído à formação, conforme o Gráfico 11, é mais assumido como um investimento e não como um custo.

**Gráfico 11. Papel atribuído à formação pelas IPE**

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

### 3.16. Recursos Humanos e tempo dedicado à formação das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

Os recursos humanos mais envolvidos em iniciativas de formação são os operários (42 referências) e os dirigentes (37 referências).

**Tabela 22. Prioridade no benefício da formação**

	Tempo de formação		
	1. <sup>a</sup> PRIORIDADE	2. <sup>a</sup> PRIORIDADE	3. <sup>a</sup> PRIORIDADE
DIRIGENTES /RESPONSÁVEIS	32	4	1
OPERÁRIOS	24	16	2
QUADROS INTERMÉDIOS	6	5	0
QUADROS MÉDIOS	0	2	2
QUADROS SUPERIORES	4	4	3
SÓCIOS	4	0	0
OUTRO(S)	2	1	0
N/R	11	51	75
<b>TOTAIS</b>	<b>83</b>	<b>83</b>	<b>83</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

### 3.17. Levantamento de necessidades de formação das Instituições com Potencial Educativo (IPE)

As 83 IPE foram questionadas acerca da promoção de acções de levantamento de necessidades de formação. A esmagadora maioria das IPE (88,0% das entidades) refere implementar um levantamento de necessidades (cf. tabela seguinte):

**Tabela 23. Levantamento de necessidades de formação**

Técnicas utilizadas	Frequência (1= Nunca; 5=Sempre)					Média
	1	2	3	4	5	
CONVERSAS, OBSERVAÇÕES E PERCEPÇÕES DOS DIRIGENTES	6	0	3	27	37	3,71
PRÉ-INSCRIÇÕES DOS TRABALHADORES EM ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROPOSTAS PELO SERVIÇO DE FORMAÇÃO	53	1	5	10	4	1,57
INQUÉRITOS, ENTREVISTAS, ANÁLISE, DESCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DE FUNÇÕES	62	3	5	1	2	1,17
CAIXA DE SUGESTÕES	60	6	3	3	1	1,18
RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DE ACÇÕES ANTERIORES	51	3	7	8	4	1,57

**Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013**

A maioria das IPE (77,1%) implementa, com maior frequência, o levantamento de necessidades de formação, através de *conversas, observações e percepções dos dirigentes*. As restantes opções quase nunca são consideradas pelas IPE.

Com o intuito de se conhecerem as técnicas utilizadas na avaliação das formações nas IPE, analisam-se os resultados apresentados pela Tabela 24, da seguinte forma:

- O momento mais frequente para a concretização da avaliação é *imediatamente após a conclusão da formação* (média de 4,36);
- A segunda técnica mais frequentemente utilizada recai na avaliação do *efeito no desempenho dos formandos* (3,46) e em *competências adquiridas pelos formandos* (3,39);

**Tabela 24. Avaliação da Formação**

Técnicas utilizadas	Frequência (1= nunca; 5=sempre)					Média
	1	2	3	4	5	
IMEDIATAMENTE APÓS A CONCLUSÃO DA FORMAÇÃO	2	0	1	8	17	4,36
NOS EFEITOS NO DESEMPENHO DOS FORMANDOS	9	1	3	13	5	3,46
EM COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS PELOS FORMANDOS	4	2	5	13	4	3,39
DURANTE A FORMAÇÃO	7	0	5	8	8	3,36
NOS EFEITOS DE MELHORIA DA ORGANIZAÇÃO EM GERAL	3	2	8	13	2	3,32
NO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS FORMANDOS	7	1	4	12	4	3,18
ALGUM TEMPO APÓS A FORMAÇÃO (IMPACTO)	12	2	6	4	4	2,50
NO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS FORMADORES	11	4	7	6	0	2,29
EM COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS PELOS FORMADORES	15	3	3	6	1	2,11

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Os intervenientes no processo de avaliação da formação nas IPE são, mais frequentemente, os responsáveis da instituição (3,75) seguindo-se os responsáveis pela formação (3,43) e os formandos (3,36).

**Tabela 25. Intervenientes no processo de avaliação**

Intervenientes	Frequência (1= nunca; 5=sempre)					Média
	1	2	3	4	5	
RESPONSÁVEIS DA INSTITUIÇÃO	6	2	1	3	16	3,75
RESPONSÁVEIS PELA FORMAÇÃO	8	3	0	3	14	3,43
FORMANDOS	7	3	1	7	10	3,36
FORMADORES	11	2	0	6	9	3,00
SUPERIORES HIERÁRQUICOS DOS FORMANDOS/FUNCIÓARIOS	17	4	2	5	0	1,82
COLEGAS DOS FORMANDOS	19	2	2	4	1	1,79

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

### 3.18. Práticas de formação nas Instituições com Potencial Educativo (IPE)

A propósito das práticas de formação/aprendizagem realizadas nos contextos organizacionais estudados, refere-se o seguinte:

As dimensões mais valorizadas pelas IPE, relativamente às práticas de formação são:

- i. *promove uma imagem de organização institucional* (média de 3,98);
- ii. *contribui para a definição de objectivos e valores da organização* (3,88);
- iii. *favorece a autonomia e a responsabilidade dos dirigentes e colaboradores* (3,78);

As dimensões menos valorizadas pelas IPE, relativamente às práticas de formação são:

- i. *contribui para incluir e formar os menos capazes do exercício de determinadas tarefas* (média de 3,18);
- ii. *capta fundos de origem diversa* (2,60);
- iii. *legítima diferenças de salários/recompensas* (1,89).

A formação não é entendida como legitimadora de diferenças salariais, na captação de fundos de origem diversa e não é relevante na inclusão e formação de funcionários menos capazes do exercício de determinadas tarefas. Não obstante, algumas entidades consideram que a formação reflecte estas situações no interior das entidades (3,69).

**Tabela 26. Práticas de formação realizadas nas IPE**

	Grau de concordância (1= nunca; 5=sempre)					Média
	1	2	3	4	5	
PROMOVE UMA IMAGEM DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL	4	3	11	38	27	3,98
CONTRIBUI PARA A DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS E VALORES DA ORGANIZAÇÃO	6	0	11	50	16	3,88
FAVORECE A AUTONOMIA E A RESPONSABILIDADE DOS DIRIGENTES E COLABORADORES	6	1	10	54	12	3,78
AUMENTA A PRODUTIVIDADE	6	3	14	42	18	3,76
PROMOVE CONSENSOS E ATITUDES ENTRE DIRIGENTES E COLABORADORES	5	1	16	48	13	3,76
PROMOVE A EFICIENCIA E A EFICÁCIA DO TRABALHO DA ORGANIZAÇÃO	6	3	11	53	10	3,70
AUMENTA O TRABALHO COOPERATIVO	7	4	12	44	16	3,70
PROMOVE HÁBITOS DE PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA	9	0	15	42	17	3,70
REFORÇA A IDENTIDADE PROFISSIONAL/ORGANIZACIONAL	7	0	17	47	12	3,69
AUMENTA A SATISFAÇÃO NO DESEMPENHO DA FUNÇÃO OU CARGO	7	3	12	49	12	3,67
É RELEVANTE PARA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	11	2	12	43	15	3,59
PROMOVE A COMUNICAÇÃO NA ESTRUTURA HIERARQUICA	8	6	13	42	14	3,58
CONTRIBUI PARA INCLUIR E FORMAR OS MENOS CAPAZES DO EXERCÍCIO DE DETERMINADAS TAREFAS	15	13	10	32	13	3,18
CAPTA FUNDOS DE ORIGEM DIVERSA	27	13	18	16	9	2,60
LEGITIMA DIFERENÇAS DE SALÁRIOS/RECOMPENSAS	48	14	8	8	5	1,89

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

### **3.19. Áreas em que as Instituições com Potencial Educativo (IPE) poderão contribuir para a qualificação da população de Alandroal**

A maioria dos contextos organizacionais (74,7%) indicou áreas nas quais poderá contribuir para a qualificação da população de Alandroal.

Alguns dos projectos a desenvolver:

1. Avaliação e promoção de competências pessoais e parentais; desenvolvimento infantil, gestão doméstica;
2. Criação de postos de trabalho através de candidaturas a programas de apoio;
3. Actividades que promovam, contribuam para formação cívica e cultural da população (concurso de poesia, por exemplo);
4. Disponibilidade para cooperar em estágios, prover aprendizagem relacionada com o ofício.

## CAPÍTULO 4

### ACTIVIDADES DE APRENDIZAGEM DESENVOLVIDAS NAS INSTITUIÇÕES COM POTENCIAL EDUCATIVO (IPE)

#### 4.1. Identificação de actividades de aprendizagem

Os contextos organizacionais estudados revelaram ter disponibilizado à população alandroalense – durante o período em estudo (1997/2013) – 213 actividades de aprendizagem estruturadas. Em média, cada uma das entidades evidenciou desenvolver 2,6 ambientes de aprendizagem minimamente estruturados, no âmbito da sua área de intervenção e abrangência. Estas actividades desenvolvidas nos diversos contextos organizacionais estudados não estão equitativamente distribuídas no território do concelho, como se indica adiante.

As instituições estudadas (consideradas Instituições com Potencial Educativo/IPE) foram seleccionadas tendo em conta alguns critérios, nomeadamente:

a) Considerando os resultados dos inquéritos aplicados no âmbito do projecto de investigação "**Arqueologia das Aprendizagens no Alandroal**", promovido pelo Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (refª PTDC/CED/81388/2006). Neste primeiro critério, foram consideradas as seguintes dimensões:

- i) Número de episódios de aprendizagem certificada (critério A);
- ii) Número de episódios de aprendizagem informal (critério B);
- iii) Número de parcerias estabelecidas (critério C);
- iv) Reconhecimento social das instituições estudadas (critério D).

b) Instituições participantes no **Conselho Municipal de Educação e no Conselho Local de Acção Social** (Critério E);

c) Instituições consideradas como sendo relevantes nos contextos educativo e/ou de intervenção social (Critério F).

Um dos pressupostos do presente exercício consistiu em verificar a forma como se distribuiria o potencial educativo ao longo do território municipal. Como ilustra a tabela seguinte, a distribuição não é uniforme, à semelhança do que se verificou no que se refere às aprendizagens institucionais caracterizadas em estudos anteriores, nomeadamente no estudo “Arqueologia das Aprendizagens no Alandroal” (Nico, 2011).

Na distribuição das aprendizagens, decorrente da actividade das IPE, verifica-se uma maior incidência na freguesia de Nossa Senhora da Conceição/Alandroal (67,1%). Comparativamente aos dados do projecto anteriormente referido – que reportam ao período 1997-2007 –, esta freguesia também evidenciava o maior número de aprendizagens institucionais. Contudo, no contexto de todo o município, posicionava-se na terceira posição (2,67) do **Índice Territorial do Potencial Formador Institucional de Alandroal** (ITpfi), depois das freguesias de Juromenha e de Santiago Maior.

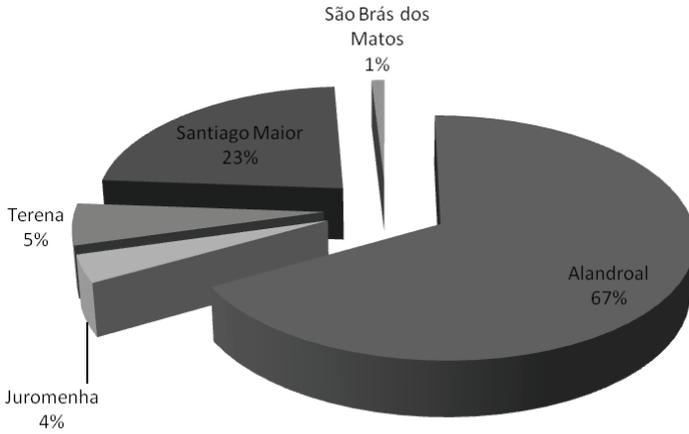
Ao aplicarmos o mesmo índice às IPE estudadas, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição/Alandroal distancia-se bastante das restantes freguesias, relevando significativamente as suas actividades de aprendizagem, ao exibir um Índice Territorial do Potencial Formador Institucional (ITpfi) de 3,04 pontos.

**Tabela 27. Índice Territorial do Potencial Formador Institucional de Alandroal**

Freguesia	ITpfi
Nossa Senhora da Conceição/Alandroal	3,04
Santiago Maior	2,23
Terena	1,71
Juromenha	1,60
S. Brás dos Matos	1,00
Capelins	0,00

**Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013**

Nossa Senhora da Conceição/Alandroal é a freguesia com maior ITpfi das IPE, seguindo-se a freguesia de Santiago Maior.

**Gráfico 12. Actividades de Aprendizagem das IPE, por freguesia**

**Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013**

Transversalmente às 83 entidades participantes no estudo, o domínio das actividades de aprendizagem sinalizadas é, conforme nos sugere a tabela seguinte, predominantemente de natureza formativa (17,8%) e recreativa (15,0%). Os serviços sociais e a certificação da qualidade também se assumem como oportunidades de aprendizagem relevantes nos diversos contextos organizacionais, no período em estudo.

Encontra-se um certo paralelismo entre a área de actividade das IPE e as respectivas actividades de aprendizagem desenvolvidas.

**Tabela 28. Domínio das Actividades de Aprendizagem**

Domínio de actividade	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
FORMAÇÕES E/OU CURSOS	38	17,8
SERVIÇOS RECREATIVOS E DE LAZER	32	15,0
SERVIÇOS SOCIAIS	23	10,8
CERTIFICAÇÃO E QUALIDADE	21	9,9
SERVIÇOS TECNOLÓGICOS E INFORMÁTICA	14	6,6
SEGURANÇA E CIDADANIA	10	4,7
SERVIÇOS COMERCIAIS	10	4,7
ACTIVIDADES DESPORTIVAS	9	4,2
OUTRA	9	4,2
ACTIVIDADES CULTURAIS	8	3,7
MAQUINARIA E UTENSÍLIOS DE TRABALHO	8	3,7
SERVIÇOS DE SAÚDE	8	3,7
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	6	2,8
SERVIÇOS DE GESTÃO	6	2,8
ACTIVIDADES AGROPECUÁRIAS	4	2,0
PRODUÇÃO ALIMENTAR	4	2,0
SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO	3	1,4
<b>TOTAL</b>	<b>213</b>	<b>100,0</b>

**Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013**

À semelhança de estudos anteriores (Nico, 2011), as IPE consideradas foram questionadas acerca dos objectivos assumidos nas actividades de aprendizagem que desenvolveram. Foi solicitado que indicassem o principal objectivo e mais um objectivo. As respostas obtidas apontam, como objectivo principal:

1. *a formação do pessoal da instituição* (20,2%);
2. *a formação profissional* (16,9%);
3. *o carácter lúdico / recreativo* (12,68%).

Como segundo objectivo, no âmbito das actividades de aprendizagem das instituições, o *desenvolvimento local* foi o mais considerado, seguido da *promoção da informação*.

Estes objectivos são semelhantes aos identificados em estudo anterior Nico (2011).

O *apoio social, a actualização de recursos humanos, através da formação, assim como o desenvolvimento de actividades recreativas e desportivas* são outros objectivos também referidos.

**Gráfico 13. Objectivo das actividades desenvolvidas nos contextos organizacionais**



**Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013**

A tabela seguinte apresenta, de forma quantitativa, a distribuição dos objectivos das actividades de aprendizagem desenvolvidas pelas IPE.

**Tabela 29. Objectivos das actividades de aprendizagem desenvolvidas pelas IPE**

Objectivos	Principal (primeiro)	Principal (segundo)
FORMAÇÃO DO PESSOAL DA INSTITUIÇÃO	43	29
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	36	11
CARÁCTER LÚDICO / RECREATIVO	27	9
DESENVOLVIMENTO LOCAL	23	32
PROMOÇÃO DA CULTURA	14	10
PROMOÇÃO DO APOIO SOCIAL	13	9
MODERNIZAÇÃO DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO	11	15
MELHORAR O SERVIÇO PRESTADO	9	21
PROMOÇÃO DA INFORMAÇÃO	7	16
FORMAÇÃO ESCOLAR	6	5
ADAPTAÇÃO A NOVA LEGISLAÇÃO	6	2
MAIOR PRODUTIVIDADE/LUCROS	5	4
FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ESCOLAR	3	3
CRIAÇÃO DE NOVOS SERVIÇOS e/ou PRODUTOS	2	4
MELHORAR A COMUNICAÇÃO E OS CONTACTOS	1	7
MARKETING E PUBLICIDADE	1	2
AQUISIÇÃO DE BENS	1	2
PREPARAÇÃO DE INÍCIO DE NOVA ACTIVIDADE	1	0
N/R	4	32
<b>TOTAL</b>	<b>213</b>	<b>213</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

## 4.2. Caracterização das actividades de aprendizagem

### 4.2.1. Responsabilidade pelas actividades de aprendizagem

Os responsáveis pelas actividades de aprendizagem são actores muito importantes no desenho de contextos potenciadores de mudança e desenvolvimento local. As IPE inquiridas indicaram quais os responsáveis pelas seguintes dimensões:

- *existência* da iniciativa que disponibiliza a aprendizagem;
- *concepção e desenho* do plano da actividade de aprendizagem;
- *concretização* da prática de aprendizagem.

Quando questionadas relativamente à responsabilidade pelas 213 actividades de aprendizagem identificadas, as IPE referiram o seguinte:

a) A **existência das actividades de aprendizagem** nos contextos organizacionais é, na maioria dos casos, da responsabilidade da própria instituição (165 casos, correspondendo a 77,5% dos casos). Contudo, também se verifica a existência de co-responsabilidade entre duas ou mais entidades (24,4%). Em menor número de casos, as entidades exteriores são as responsáveis exclusivas pela existência da actividade de aprendizagem (17,9%);

b) A **concepção das actividades de aprendizagem** nas IPE não se encontra tão centralizada na própria instituição como se verificou anteriormente, pois, na maioria dos casos, é da responsabilidade de uma ou mais entidades exteriores (46,5%). A própria entidade é a única responsável pela concepção em apenas 34,3% das situações. A co-responsabilidade entre duas ou mais entidades verifica-se em 19,7% dos casos;

c) A **concretização da actividade de aprendizagem** também vem reflectir o papel preponderante das IPE. No entanto, **nesta dimensão, verifica-se maior relacionamento interinstitucional** na concretização das actividades de aprendizagem, uma vez que a presença de instituições exteriores é, aqui, a mais elevada, quando comparamos este indicador como o que se passa ao nível da existência e concepção das aprendizagens.

**Tabela 30. Responsabilidade pelas actividades de aprendizagem**

Aprendizagem	IPE	Instituição Exterior	Parceria	Outra situação
EXISTÊNCIA	165	77	21	2
CONCEPÇÃO	117	117	27	2
CONCRETIZAÇÃO	122	120	29	4

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

#### 4.2.2. Recursos humanos envolvidos nas actividades de aprendizagem

Relativamente à origem dos recursos humanos envolvidos na concretização das actividades de aprendizagem promovidas pelas IPE, verifica-se o seguinte:

**Tabela 31. Origem dos Recursos Humanos**

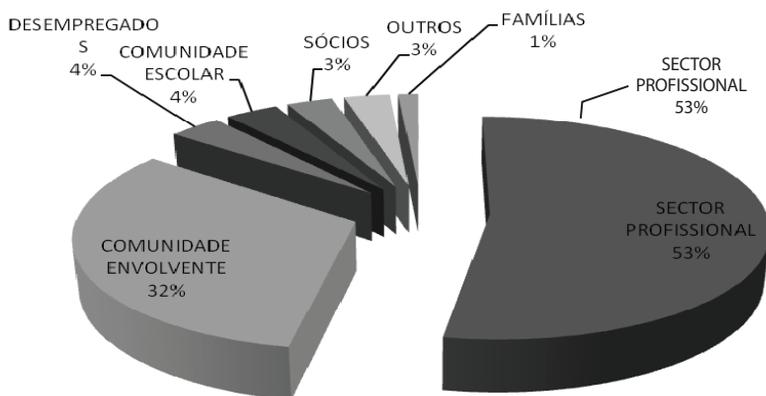
Origens	Formadores (n)
INSTITUIÇÃO	261
OUTRA INSTITUIÇÃO DA FREGUESIA	44
OUTRA FREGUESIA DO CONCELHO	12
EXTERIOR AO CONCELHO	205
<b>TOTAL</b>	<b>522</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Foram 522 os formadores envolvidos no total das 213 actividades de aprendizagem, o que corresponde a uma média de 2,5 formadores por actividade.

A maioria das entidades (52,1%) referiu ter formadores exteriores ao concelho na dinâmica destes ambientes.

Relativamente aos destinatários das actividades de aprendizagem promovidas pelas IPE, verifica-se o seguinte:

**Gráfico 14. Destinatários das actividades de aprendizagem**

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Os destinatários mais referidos localizam-se na dimensão profissional (53% das situações consideradas), seguindo-se as aprendizagens destinadas a toda a população (32% dos casos).

Relativamente ao perfil dos destinatários na dimensão profissional, a tabela seguinte mostra a respectiva distribuição:

**Tabela 32. Perfil dos profissionais a que se destinam as aprendizagens**

Perfil	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
PROPRIETÁRIO(S)/RESPONSÁVEIS	30	25,2
FUNCIONÁRIO(S)	40	33,6
PROPRIETÁRIO/DIRECÇÃO E FUNCIONÁRIO(S)	42	35,3
N/R	7	5,9
<b>TOTAL</b>	<b>119</b>	<b>100,0</b>

**Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013**

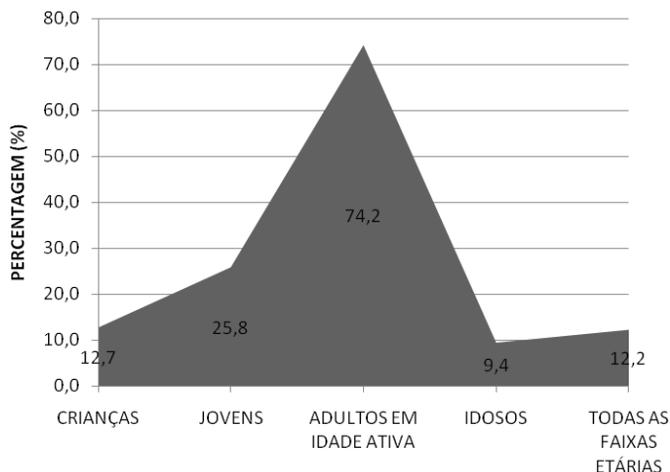
A idade dos beneficiários das actividades de aprendizagem situa-se na faixa etária da população activa, podendo-se considerar a existência de um pico formativo destinado a este público, uma vez que 74,2% das actividades de aprendizagem destinam-se a *adultos em idade activa*.

Os jovens são o segundo público preferencial das actividades de aprendizagem promovidas pelas IPE (25,8%), seguindo-se os idosos (9,4%), que são o público menos referido. Esta evidência indica a necessidade de desenvolver mais actividades para o público sénior, o que já estará a ocorrer, através dos projectos em curso no âmbito do Pólo de Alandroal da Universidade Popular Túlio Espanca.

**Tabela 33. Faixa etária dos destinatários das actividades de aprendizagem**

Faixa Etária	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
CRIANÇAS	27	12,7
JOVENS	55	25,8
ADULTOS EM IDADE ACTIVA	158	74,2
IDOSOS	20	9,4
TODAS AS FAIXAS ETÁRIAS	26	12,2

**Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013**

**Gráfico 15. Faixa etária dos destinatários das actividades de aprendizagem**

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

A maioria das actividades de aprendizagem destina-se a indivíduos de ambos os géneros. Apenas uma pequena minoria de aprendizagens promovidas pelas IPE se dirige especificamente a um dos géneros.

**Tabela 34. O Género dos destinatários das aprendizagens**

Género dos destinatários	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
MASCULINO	27	12,7
FEMININO	29	13,6
AMBOS OS GÉNEROS	157	73,7
<b>TOTAL</b>	<b>213</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

#### 4.2.3. Participação nas actividades de aprendizagem

A natureza da participação dos participantes nas actividades de aprendizagem é geralmente livre (em 70% dos casos), não havendo qualquer restrição na participação das actividades de aprendizagem.

No entanto, 30% das actividades de aprendizagem promovidas pelas IPE são de frequência obrigatória, face aos 45,6% de obrigatoriedade de participação no âmbito dos ambientes de aprendizagem estudados em *Arqueologia das Aprendizagens em Alandroal* (Nico, 2011). As razões apresentadas para a obrigação da participação estão relacionadas com normativos e regras instituídas internamente pelas respectivas instituições, normativos legais relacionados com o exercício profissional, certificação da qualidade, entre outras.

**Tabela 35. Natureza da participação nas actividades de aprendizagem**

Natureza da participação	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
OBRIGATÓRIA	64	30,0
NÃO OBRIGATÓRIA	149	70,0
<b>TOTAL</b>	<b>213</b>	<b>100,0</b>

**Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013**

No estudo efectuado junto das 83 IPE, foram identificados 237 locais de realização das actividades.

As actividades de aprendizagem ocorrem, maioritariamente (59,2%), nos espaços das próprias IPE. No exterior do concelho, desenvolvem-se 28,2% das actividades, o que evidencia o papel das parcerias com instituições localizadas no exterior do concelho. No estudo *Arqueologia das Aprendizagens no Alandroal*, não era tão evidente a localização dos ambientes de aprendizagem exteriores ao concelho (Nico, 2011).

Os locais de realização de actividades de aprendizagem exteriores ao concelho são, preferencialmente, Évora e Lisboa.

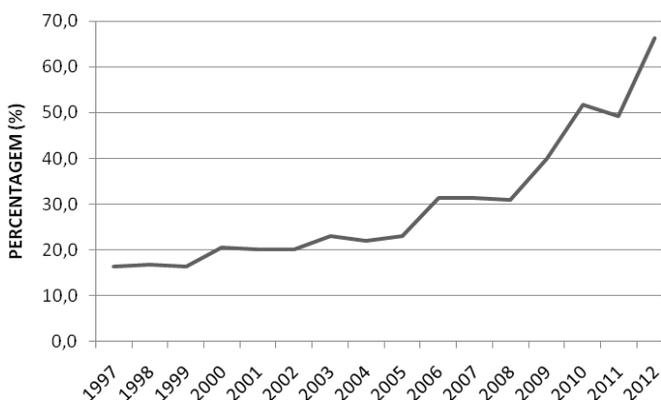
**Tabela 36. Locais de realização das actividades de aprendizagem**

Local de realização da actividade de aprendizagem	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
INSTITUIÇÃO	126	59,2
LOCAL DA FREGUESIA	32	15,0
FREGUESIA DO CONCELHO	19	8,9
EXTERIOR AO CONCELHO	60	28,2

**Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013**

À semelhança de estudo anterior (Nico, 2011), ocorreu um crescimento evidente do número de aprendizagens em todo o período considerado. No último ano, verificou-se um acentuado crescimento, sendo o mesmo mais evidente, a partir do ano de 2009.

**Gráfico 16. Momento das aprendizagens**



Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

**Tabela 37. Momentos das aprendizagens**

	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
1997	35	16,4
1998	36	16,9
1999	35	16,4
2000	44	20,7
2001	43	20,2
2002	43	20,2
2003	49	23,0
2004	47	22,1
2005	49	23,0
2006	67	31,5
2007	67	31,5
2008	66	31,0
2009	85	39,9
2010	110	51,6
2011	105	49,3
2012	141	66,2

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

De acordo com a informação constante na Tabela 38, as actividades de aprendizagem têm, mais frequentemente, a duração de um dia (38,5% dos casos). Num terço das situações, a actividade tem uma duração superior a 14 dias.

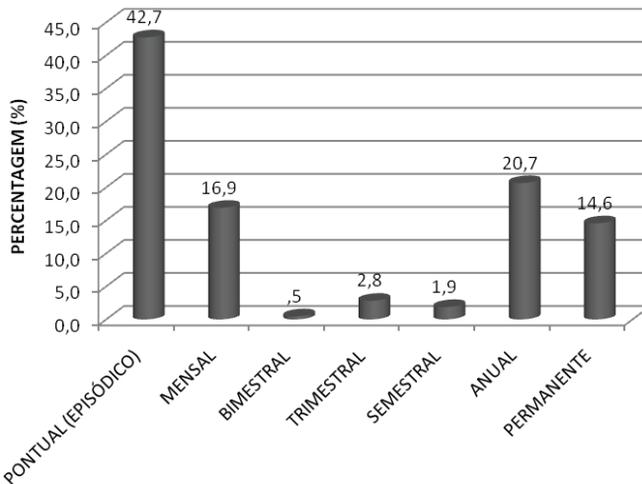
**Tabela 38. Duração da actividade de aprendizagem**

Duração	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
1 DIA	82	38,5
2-7 DIAS	49	23,0
8 – 14 DIAS (2 SEMANAS)	13	6,1
MAIS DE 14 DIAS	69	32,4
<b>TOTAL</b>	<b>213</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

No que se refere à frequência com que ocorrem as aprendizagens promovidas pelas IPE, verifica-se que estas exibem um padrão em que predominam as aprendizagens pontuais (42,7% dos casos) e, no lado oposto, as aprendizagens com alguma estabilidade (aprendizagens permanentes, com 14,6% das situações identificadas), como se pode verificar no gráfico seguinte.

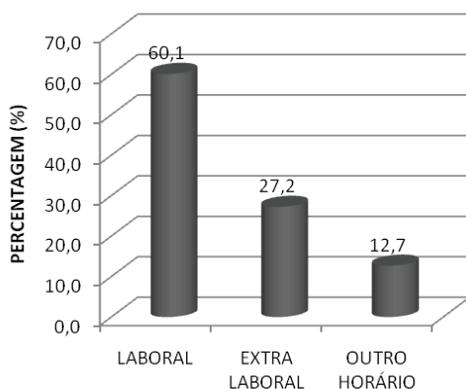
**Gráfico 17. Frequência da actividade de aprendizagem**



Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

O horário em que ocorrem as actividades de aprendizagem corresponde ao horário laboral, em 60,1% das actividades de aprendizagem, o que vai ao encontro de um perfil de actividades de aprendizagens maioritariamente direccionadas para o sector profissional (Gráfico 18).

**Gráfico 18. Horário das actividades de aprendizagem**

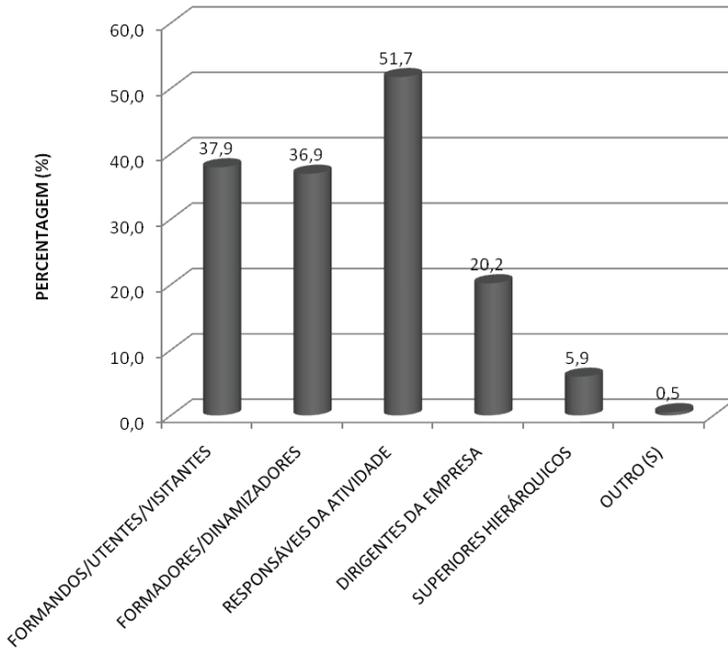


Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

#### 4.2.4. Avaliação das actividades de aprendizagem

A avaliação é um momento importante nas dinâmicas de aprendizagem por permitir dar um feedback – quer aos beneficiários, quer aos responsáveis pela realização desses ambientes – e aferir da qualidade, potencialidades e limitações da prática desenvolvida.

A quase totalidade (95,3%) das actividades de aprendizagem promovidas pelas IPE é avaliada. No estudo *Arqueologia das Aprendizagens em Alandroal* (Nico, 2011), apenas 53,3% actividades de aprendizagem passou por algum processo de avaliação, o que nos permite evidenciar um perfil diferente nos contextos organizacionais com potencial educativo, havendo a preocupação acrescida em estruturar estes momentos e avaliar os seus efeitos.

**Gráfico 19. Responsáveis pela avaliação das actividades de aprendizagem**

**Fonte:** Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Verifica-se uma predominância dos responsáveis pela promoção das actividades de aprendizagem, na concretização da respectiva avaliação.

A avaliação ocorre, mais frequentemente, *após a conclusão* das actividades (51,7% dos casos considerados) *durante* a sua concretização (42,9% das situações). A avaliação, *algum tempo após a realização das actividades*, ocorre apenas em 5,4% das actividades de aprendizagem (cf. Tabela 39).

**Tabela 39. Momentos de avaliação das actividades de aprendizagem**

Momento de Avaliação	Frequência absoluta (n=203)	Frequência relativa (%)
DURANTE A FORMAÇÃO	87	42,9
APÓS A CONCLUSÃO DA FORMAÇÃO	105	51,7
ALGUM TEMPO APÓS A FORMAÇÃO	11	5,4
<b>TOTAL</b>	<b>203</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

#### 4.2.5. Certificação das actividades de aprendizagem

A certificação das actividades de aprendizagem concretizadas pelas IPE verifica-se na maioria dos casos. Porém, em cerca de 46,9% das actividades de aprendizagem, não ocorre qualquer tipo de certificação. Relativamente aos resultados do estudo *Arqueologia das Aprendizagens no Alandroal*, verifica-se que as instituições com potencial educativo certificam mais as actividades de aprendizagem do que a generalidade das instituições.

No total das 213 actividades de aprendizagem identificadas nas IPE, foram emitidos 113 tipos de certificados (53,1%). A maioria dos certificados emitidos dizia respeito à *participação no evento* (52,2%) e de *equivalência profissional* (47,8%).

**Gráfico 20. Tipo de Certificação (em relação ao total de certificados emitidos/n=113)**



Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

#### 4.2.6. Cooperação, financiamento e recursos das actividades de aprendizagem

Na generalidade das actividades de aprendizagem desenvolvidas, durante o período em estudo, ocorreu uma parceria com, pelo menos, uma instituição externa. Foram identificadas 131 parcerias em 213 actividades de aprendizagem (61,5% dos casos considerados).

Nas actividades de aprendizagem desenvolvidas pelas IPE, verificou-se uma predominância das parcerias estabelecidas com recurso a protocolo (63,4%).

As parcerias mais frequentemente referidas foram estabelecidas com a Câmara Municipal de Alandroal, o Instituto de Emprego e Formação Profissional (Centros de Évora e de Estremoz) e a Escola Nacional de Bombeiros.

**Tabela 40. Parcerias no âmbito das actividades de aprendizagem**

Existência de Parcerias	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
COM PARCERIAS	131	61,5
SEM PARCERIAS	82	38,5
<b>TOTAL</b>	<b>213</b>	<b>100,0</b>

**Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013**

**Tabela 41. Natureza das parcerias estabelecidas**

Parcerias (n=131)	Média	Máximo	Actividades de aprendizagem		Parcerias
		N	N	%	N
COM PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO	1,26	7	83	63,4	105
SEM PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO	1,5	4	30	22,9	46

**Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013**

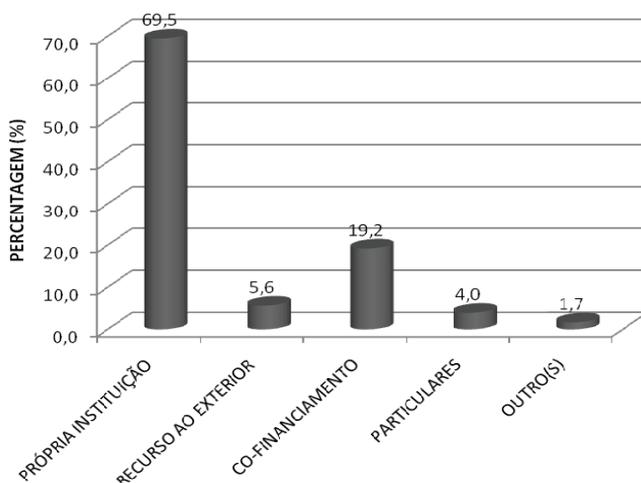
As actividades de aprendizagem (de acordo com a tabela seguinte), são, na sua maioria, financiadas (83,1% dos casos, a que correspondem 177 actividades de aprendizagem). Este dado contraria o que se havia apurado no estudo *Arqueologia das Aprendizagens em Alandroal*, que evidenciou a existência de 39,7% de aprendizagens realizadas com financiamento. Da leitura da tabela seguinte, pode-se afirmar o seguinte:

- A origem do financiamento das actividades de aprendizagem é da própria instituição em 69,5% dos casos;
- 34 actividades de aprendizagem são co-financiadas (19,2%), aspecto que pode indicar a importância relativa das parcerias;
- 5,6% das actividades de aprendizagem é exclusivamente financiada por entidades exteriores.

**Tabela 42. Origem do financiamento da actividade de aprendizagem**

Origem do financiamento	Frequência absoluta (n=177)	Frequência relativa (%)
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO	123	69,5
RECURSO AO EXTERIOR	10	5,6
CO-FINANCIAMENTO	34	19,2
PARTICULARES	7	4,0
OUTRO(S)	3	1,7
<b>TOTAL</b>	<b>177</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

**Gráfico 21. Origem do financiamento da actividade de aprendizagem**

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

Relativamente ao tipo de financiamento, embora as IPE não tenham divulgado muita informação, consegue-se inferir que houve uma cultura instituída de elaboração de candidaturas a projectos de financiamento. Este recurso foi utilizado por 20,9% das entidades que, assim, financiou as suas actividades de aprendizagem.

**Tabela 43. Tipo de financiamento**

Tipo de financiamento	Frequência absoluta (n=177)	Frequência relativa (%)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	16	9,0
SUBSÍDIO	20	11,3
CANDIDATURA APROVADA	37	20,9
DONATIVO	1	0,6
NÃO RESPONDE	103	58,2
<b>TOTAL</b>	<b>177</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013

#### 4.2.7. Relevância das actividades de aprendizagem

Qual a relevância que as 213 actividades de aprendizagem representaram para a vida das 7412 pessoas nelas envolvidas? À semelhança do estudo *Arqueologia das Aprendizagens no Alandroal* (Nico, 2011), constatou-se que o maior impacto foi *profissional*, tendo sido considerado *relevante* e *muito relevante* pelos responsáveis das IPE.

**Tabela 44. Relevância das actividades de aprendizagem**

Âmbito da actividade de aprendizagem	Grau de relevância					Média
	Nada relevante (1)	Pouco relevante (2)	Nem muito nem pouco relevante (3)	Relevante (4)	Muito relevante (5)	
PROFISSIONAL	47	11	12	33	110	3,69
PESSOAL	55	10	19	47	82	3,42
SOCIAL	57	11	15	47	83	3,41
ESCOLAR / ACADÉMICO	136	13	25	19	20	1,93
FAMILIARES	126	30	23	14	20	1,92

Fonte: Inquérito por Questionário das Aprendizagens Institucionais, 2013



# CAPÍTULO 5

## PRESSUPOSTOS PARA UM ATLAS DA EDUCAÇÃO EM ALANDROAL

Os resultados apresentados, ao longo dos anteriores capítulos do presente livro, revelam-nos, em todo o território do concelho de Alandroal, a existência de um conjunto de instituições que, pela natureza da sua actividade, número de pessoas que envolvem e presença no território, possuem um evidente potencial educativo. Esta realidade é um activo incontornável para a rede territorial de qualificação e deverá ser considerado nos processos políticos locais de educação, formação e desenvolvimento humano, económico e social. Assim sendo, defende-se a inclusão deste universo institucional na Carta Educativa de Alandroal, assumindo-se um novo perímetro institucional e conceptual para este instrumento.

### **5.1. O alargamento do perímetro conceptual e institucional da qualificação**

A existência de 13 redes de aprendizagem (referidas no capítulo 1) no território do concelho de Alandroal, a presença de 83 instituições com potencial educativo – que, entre 1997 e 2013, disponibilizaram à população alandroalense 213 oportunidades de aprendizagem – e o papel relevante que têm assumido as redes locais nas dimensões da política autárquica, educação, apoio social e dinamização económica evidenciam a necessidade de um pensamento, territorialmente, integrado e uma acção, institucionalmente, coordenada, no que respeita às políticas de qualificação e suas relações com as dimensões humana, cultural, social e económica.

Na realidade, na qualificação da população, das instituições e do próprio território, concorrem os contributos de múltiplas instituições locais e exteriores ao concelho e a participação de muitas pessoas que assumem um

protagonismo relevante na acção das instituições a que pertencem ou em que exercem funções profissionais.

Neste contexto de *geometria variável, dinâmica e complexa*, as oportunidades de aprendizagem existem em tempos e espaços que não se circunscrevem aos contextos da educação formal. Os contributos dos contextos não formais e informais de aprendizagem revelam-se importantes e incontornáveis pelo papel e pela presença que revelam nos percursos de qualificação das pessoas residentes no concelho (Nico, 2011).

Assim sendo, torna-se inevitável considerar, no processo de elaboração da Carta Educativa de Alandroal, todo o conjunto de instituições que, através da sua actividade económica, social, cultural, desportiva ou cívica, contribua para a qualificação da população alandroalense. Nestas circunstâncias, é fundamental estabelecer os princípios da existência de um único sistema de qualificação que contemple todos os contextos estruturados e estruturantes de aprendizagem, nomeadamente os que se podem classificar como contextos formais e não formais de aprendizagem. Neste exercício, assumem importância decisiva as redes já existentes e com trabalho desenvolvido, nomeadamente:

- a) Assembleia Municipal;
- b) Assembleias de Freguesia;
- c) Conselho Municipal de Educação;
- d) Conselho Local de Acção Social;
- e) Conselho Municipal de Juventude;
- f) Associação Empresarial da Região do Alandroal;
- g) Agenda XXI, através das instituições que envolveu;
- h) Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS), através das instituições que envolveu.

No âmbito das anteriores redes locais, afigura-se muito importante o estabelecimento de alguns objectivos em comum que permitam uma acção concertada, no que respeita ao contributo de cada instituição para o esforço de qualificação global de Alandroal, nas suas dimensões individuais, institucionais e territoriais. Esta acção de coordenação entre todos os actores locais deverá assumir os seguintes princípios:

**1. Promoção da igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos,** no pressuposto de que a rede de qualificação do concelho de Alandroal deverá contribuir para um adequado exercício do direito à Educação, por parte de todos os residentes no concelho, independentemente da freguesia

em que residam ou trabalhem, da circunstância profissional, género, idade ou condição socioeconómica;

**2. Promoção da coesão territorial em todo o concelho**, atendendo à evidência de uma nítida assimetria nas oportunidades de acesso e frequência às diferentes modalidades de qualificação entre as diferentes freguesias. A necessidade de garantir a coesão territorial e as consequentes perspectivas de desenvolvimento deverá ser uma finalidade das políticas de qualificação e do diálogo a estabelecer entre todas as redes existentes e as instituições que as constituem;

**3. Promoção de um ambiente de cooperação institucional e territorial**, em substituição de alguma competição e redundância existentes no âmbito institucional. Os recursos físicos, técnicos, financeiros e humanos são reduzidos, mas devem ser potenciados, através de um pensamento e de uma acção cooperativas, que rentabilizem o que há, em vez de replicar o que existe, em locais próximos, onde é inexistente. Para concretizar este princípio, refira-se a nova utilização dos edifícios das ex-Escolas Primárias, entretanto desactivadas, em virtude da construção dos novos Centros Escolares no concelho. Estes importantes recursos físicos presentes em todas as freguesias estão, actualmente, a ser reutilizados para neles serem instalados pólos locais da Universidade Popular Túlio Espanca. Esta decisão garante, em simultâneo, a concretização dos princípios da Igualdade de Oportunidades, da Coesão Territorial e da Cooperação Institucional, com evidente benefício da população e com grande eficácia e retorno do investimento realizado ou a realizar;

**4. Promoção do diálogo, construtivo e dinâmico, entre a educação escolar e a educação não escolar**, na convicção de que, nas trajectórias vitais de cada pessoa, se cruzam e se influenciam, em múltiplos momentos e de formas diversas, os contributos de ambos os campos e das instituições que os promovem. Assim sendo, será fundamental valorizar e potenciar a actividade e a disponibilidade evidenciadas pelas Instituições com Potencial Educativo (IPE) identificadas e caracterizadas no presente estudo. Por outro lado, importa verificar, em cada caso, qual o contributo que a educação formal poderá dar aos contextos de educação não formal e o inverso, no pressuposto de que ambos se enriquecem de forma simétrica;

**5. Promoção do desenvolvimento económico e social do concelho**, através de um, mais frequente e activo, diálogo entre as dimensões da qualificação, da economia e das políticas locais e regionais de apoio ao investimento. O esforço de qualificação deverá ser, também, orientado

para o aumento da competitividade económica e social do território. Neste sentido, será fundamental a identificação e consensualização local das principais fileiras de desenvolvimento e, em torno das mesmas, a edificação das necessárias condições locais para as alimentar com recursos humanos qualificados que garantam a respectiva sustentabilidade endógena e a sua capacidade de gerar riqueza localmente. As fileiras agro-alimentar, do turismo de natureza e religioso e do sector social são exemplos de três áreas prioritárias no que se refere à necessária coabitação entre qualificação e desenvolvimento económico e social;

**6. Promoção da patrimonialização da cultura local**, no pressuposto de que a só a existência de um pensamento integrado e de uma acção coordenada entre todas as redes de qualificação poderão salvaguardar, valorizar e divulgar o património e cultura locais, muito caracterizados pela sua profunda relação que as comunidades locais estabeleceram com os respectivos territórios de residência e marcados pelo facto de se basearem numa construção comunitária, na qual a escrita teve um papel pouco relevante, atendendo aos níveis de escolaridade das actuais e, principalmente, das anteriores gerações de alandroalenses. Estes património e cultura locais são, no entanto, uma das principais potencialidades do concelho, do ponto de vista do respectivo desenvolvimento económico e social (exemplos: rituais religiosos, literatura e música popular, relação com o Guadiana e, actualmente, com a Albufeira de Alqueva, a relação com Espanha e a linha de fronteira, etc.);

**7. Orientação das políticas municipais de apoio ao investimento e à qualificação para o diálogo, a cooperação institucionais e a rentabilização dos recursos existentes**, no pressuposto de que, de forma consensualmente reconhecida, caberá à Câmara Municipal de Alandroal a definição da *arquitectura* necessária ao estabelecimento de um **Contrato de Desenvolvimento e Qualificação para o Concelho de Alandroal** que estabeleça os princípios e as acções necessárias para a criação de uma verdadeira rede territorial que promova o diálogo entre todas as instituições, garanta a eficiente utilização dos recursos existentes e potencie o desenvolvimento local, através de uma abordagem participada e sustentável, na qual a qualificação das pessoas, instituições e territórios se assume como o mais poderoso instrumento;

**8. A criação de uma Carta Educativa de nova geração**, com um perímetro aumentado, que assuma a totalidade dos contextos e oportunidades de aprendizagem existentes no território, o contributo de todas as Instituições

com Potencial Educativo, a necessidade de patrimonializar a cultura local e contribuir para a coesão do território, a igualdade de oportunidades para todas as pessoas e o desenvolvimento e competitividade do território. **Esta nova Carta Educativa deverá ser um documento vivo e dinâmico que, em cada momento, se adapte à realidade do território, responda às necessidades e aspirações de pessoas e instituições, informe e qualifique as decisões políticas e institucionais locais e promova a utilização sustentável e eficaz dos recursos endógenos.** Uma Carta Educativa que permita:

**a. conhecer e orientar as trajectórias de qualificação dos indivíduos,** tendo em vista os seus projectos vitais, as necessidades das instituições e as possibilidades de desenvolvimento existentes;

**b. criar e operacionalizar corredores de comunicação entre os contextos escolares e não escolares de educação,** tendo em vista o enriquecimento recíproco dos saberes escolares e não escolares e o conhecimento, valorização e divulgação do património material e imaterial local;

**c. criar e valorizar espaços e tempos de encontro entre pessoas de diferentes gerações,** no pressuposto de que existe uma herança cultural transportada pelos mais velhos que corre o risco de desaparecer em consequência das, cada vez maiores, distâncias sociais e relacionais entre os saberes, culturas e modos de vida das pessoas de diferentes gerações;

**d. ligar, de forma estratégica e forte, a qualificação, o emprego e o desenvolvimento local,** na convicção de que é fundamental criar mecanismos locais de fixação das pessoas mais qualificadas, particularmente os jovens locais que conseguem atingir maiores níveis de escolaridade, particularmente ao nível do ensino superior. Esta ligação é fundamental para contrariar o mais forte impulso de fragilização do território: o despovoamento jovem, empreendedor e qualificado. O mais importante movimento migratório actualmente em curso em todo o território do interior português, de que o Alandroal faz parte.

Com a presente obra, que aqui se conclui, ficam estabelecidas algumas das bases que poderão estabelecer um pensamento mais integrado acerca do conceito e papel deste importante instrumento de política local e regional designado por Carta Educativa do Concelho de Alandroal. Um mapa aumentado, enriquecido, dinâmico e orientado para o desenvolvimento das pessoas, das instituições e do território. Um mapa de todas as manifestações e modalidades de aprendizagem: **o Atlas da Educação em Alandroal.**



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARREIROS, C. (2012). *Arqueologia das aprendizagens de âmbito profissional no Concelho de Alandroal*. [Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação] Évora: Universidade de Évora (policopiada).
- BARRENHO, C. (2012). *Missão ou Miragem no Combate ao Insucesso e Abandono Escolares, no período 1997-2007, no Concelho de Alandroal*. [Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação] Évora: Universidade de Évora (policopiada).
- CARIDE, A. (1998). La Escuela en el Medio Rural. Crónica e Alternativas para la Reconstrucción de una Identidade in Crisis". in *Aula de Innovati6n Educativa*. (77).
- CARVALHO, L. (2010). *A aprendizagem de indivíduos não-alfabetizados pertencentes a comunidades com elevados índices de analfabetismo*. [Tese apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Doutor em Ciências da Educação] Évora: Universidade de Évora (policopiada).
- CARVALHO, L. (2011). Pelos trilhos do analfabetismo: entre Juromenha e Ferreira de Capelins in *Educação - Temas e Problemas*, nr. 9/10. Ano 7. Évora: Universidade de Évora, Centro de Investigação em Educação e Psicologia (aguarda publicação).
- CARVALHO, L., NICO, B., NICO, L. & TOBIAS, A. (2011). À margem do mundo das Letras: o caso de Juromenha. in *Bravo Nico et al (Orgs). Escola(s) do Alentejo – um mapa do que se aprende no Sul de Portugal*. Mangualde: Edições Pedagogo. pp.15-20.
- CMA (s/d). *Apoiar & Crescer em tempo de crise: caderno especial de apoio*. Alandroal: Câmara Municipal de Alandroal.
- CMA (1994). *Plano Director Municipal*. Alandroal: CMA/Projecto Plano.
- CMA (2006). *Revisão do Plano Director Municipal*. Alandroal: CMA/PROGITAPE.
- CMA/ Rede Social de Alandroal (2007). *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Alandroal*. Alandroal: CMA/Rede Social de Alandroal.
- D'OREY, J. (2008). *Gestão Curricular Local: fundamento para a aquisição, desenvolvimento e valorização de competências em Ciências Naturais no Ensino Básico- a promoção da literacia científica no concelho de Alandroal. Portel* [Tese apresentada à Universidade de Évora tendo em vista a obtenção do Grau de Doutor em Ciências da Educação]. Évora: Universidade de Évora (policopiada).

- D'OREY, J. (2011). Gestão Curricular Local e Literacia Científica *in Educação - Temas e Problemas*, nr. 9/10. Ano 7. Évora: Universidade de Évora, Centro de Investigação em Educação e Psicologia (aguarda publicação).
- GALHARDAS, E. (2012). *Arqueologia das Aprendizagens na freguesia de Nossa Senhora da Conceição – Alandroal (1997-2007)*. [Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação] Évora: Universidade de Évora (policopiada).
- GROSSO, M. (2012). *Arqueologias” das aprendizagens em Capelins (Santo António) – Alandroal (1997-2007)*. [Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação] Évora: Universidade de Évora (policopiada).
- INE (2002). *Censos 2001*. Resultados definitivos. Lisboa: INE.
- INE (2012). *Censos 2011*. Resultados definitivos. Lisboa: INE.
- MELO, A., LIMA, L. & ALMEIDA, M. (2002). *Novas Políticas de Educação e Formação de Adultos. O contexto internacional e a situação portuguesa*. Lisboa: Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos.
- NICO, B. (2008). Aprender no interior português: vértices para um pensamento integrado e uma acção responsável. *in* Bravo Nico (Org.) *Aprendizagens do Interior: reflexões e fragmentos*. Lisboa: Edições Pedagogo. pp: 9-19.
- NICO, B. (2011). *Arqueologia das Aprendizagens em Alandroal*. Mangularde: Edições Pedagogo.
- NICO, B. (2012). Saberes, Linguagens e Práticas Educativas: os vértices de um diálogo necessário (o caso do Alandroal/Portugal). *in* Mairce Araújo & Jacqueline Moraes (Orgs.) *Voices da Educação: Formação de Professores, Narrativas, Políticas e Memórias*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Rio de Janeiro. pp: 99-109.
- NICO, B. & NICO, L. (2009). Arqueologia das Aprendizagens no Alandroal: Em busca das Escolas fora da Escola. *in* *Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia*. Braga. Universidade do Minho (aguarda publicação).
- NICO, B. & NICO, L. (2011). “Educação e território: O (Des)Encontro Geracional das Aprendizagens e a Fractura Cultural”. *in* Márcia Alvarenga (Ed.) *Educação de Jovens e Adultos em tempos e contextos de aprendizagens*. Rio de Janeiro: Editora Rovellet. pp. 33-43.
- NICO, B., NICO, L., FERREIRA, F. TOBIAS, A. (Orgs.) (2011). *Escola(s) do Alentejo – Um mapa do que se aprende no Sul de Portugal*. Mangularde: Edições Pedagogo.
- NICO, B., NICO, L. & TOBIAS, A. (2009). “Arqueologia” das Aprendizagens no Alandroal: a fotografia de uma década de Qualificação. *in* *Actas do 1.º Fórum de Investigação em Ciências da Educação*. Lisboa: Universidade de Lisboa (aguarda publicação).
- NICO, B., NICO, L., CARVALHO, L. MAURÍCIO, P., RAMALHO, P., PACHECO, D., RAMOS, S., VALADAS, F. & SILVA, J. (2009). Em busca das aprendizagens no concelho de Alandroal: A dimensão institucional. *in* *Actas do X Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança (aguarda publicação).
- NICO, B., NICO, L., TOBIAS, A., CARVALHO, L. & VALADAS, F. (2010a). Learning Archeology in the Alandroal. *in* *Education, Economy and Society, Analytrics* Vol. 3, pp. 117-126.
- NICO, B., NICO, L., TOBIAS, A., CARVALHO, L. & VALADAS, F. (2010b). *Dez Anos de Aprendizagem*

- num território: o caso do Concelho de Alandroal (Portugal)*. Mapping Interactivo. n.º 43.
- NICO, B., NICO, L., TOBIAS, A. & CARVALHO, L. (2011). As Escolas Fora da Escola: O Caso do Alandroal. *in* Bravo Nico et al (Orgs). *Escola(s) do Alentejo – um mapa do que se aprende no Sul de Portugal*. Mangualde. Edições Pedago. 11-14.
- NICO, B., NICO, L., TOBIAS, VALADAS, F. & GALHARDAS, F. (2010). Arqueologia Educativa de um Território: Uma década de Aprendizagens na Freguesia de Juromenha (Alandroal). *in* *Actas do Encontro Internacional Aprender ao longo da vida: contributos, perspectivas e questionamentos do currículo e da avaliação*. Braga: Universidade do Minho (aguarda publicação).
- NICO, B., NICO, L., TOBIAS, A., VALADAS, F. & GALHARDAS, F. (2011a). Uma Década de Aprendizagem (1997-2007): O caso de Terena (Alandroal). *in* *Actas do XI Congresso Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*. Guarda. Instituto Superior Politécnico da Guarda (aguarda publicação).
- NICO, B., NICO, L., TOBIAS, A., VALADAS, F. & GALHARDAS, F. (2011b). Uma Década de Aprendizagem (1997-2007): O caso de Santiago Maior (Alandroal). *in* *Actas do XI Congresso Internacional Galego-Portugués de Psicopedagogia*. La Coruna: Universidade da Coruna.
- PEREIRA, A. (2008). *SPSS Guia Prático de Utilização. Análise de dados para Ciências Sociais e Psicologia*. Lisboa: Edições Sílabo.
- ROCHA S. (2011). *Que respostas “Curriculares/Educativas” foram disponibilizadas, entre 1997 e 2007, às crianças com Síndrome X Frágil, no Concelho de Alandroal?* [dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Mestre em Educação Especial: Domínio Cognitivo e Motor] Évora: Universidade de Évora (policopiada).
- ROMÃO, J. (2008). *A Cartografia Educativa de um território como factor enriquecedor da Oferta Educativa: o caso do Agrupamento de Escolas nº 4 de Évora*. [dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação] Évora: Universidade de Évora (policopiada).
- TTERRA (2011). *Agenda 21 do Concelho do Alandroal: diagnóstico para a sustentabilidade*. Parede: TTerra.
- VERDASCA, J. (2002). *Desempenho Escolar, Dinâmicas de Evolução e Elementos Configuracionais Estruturantes: os casos do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico nos municípios de Évora e de Portel* [Tese apresentada à Universidade de Évora tendo em vista a obtenção do Grau de Doutor em Ciências da Educação]. Évora: Universidade de Évora (policopiada).

### **Legislação referida:**

**Lei n.º 99/2003 de 27 de Agosto** (aprova o Código do Trabalho)

**Lei n.º 35/2004 de 29 de Julho** (Regulamenta a Lei nº 99/2003)

**Decreto-Lei 7/2003, de 15 de Janeiro** (estabelece os princípios de criação e funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação e o processo de elaboração e aprovação da Carta Educativa)

**Decreto-Lei nº 381/2007, de 14 de Novembro** (estabelece a Classificação Portuguesa de Actividades Económicas, Revisão 3)

# **ANEXOS**

---

# ANEXO 1

---

## INSTITUIÇÕES COM POTENCIAL EDUCATIVO DE ALANDROAL\* (INQUIRIDAS EM 2013)

---

Agropecuária Bovifrísea Lda.

Agrupamento de Escolas de Alandroal

Alandal - Sociedade Agropecuária do Alandroal, SA.

Alandroal United - Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Alandroal

Alandrooffice - Comércio de equipamentos informáticos, unipessoal Lda.

Aldrabar

APIT - Associação de Protecção aos Idosos de Terena

ASSERAL - Associação Empresarial da Região do Alandroal

Associação de Beneficiários de Lucefecit

Associação de Pais e encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Alandroal

Associação Desportiva e Cultural de Santiago Maior

Associação Jovem de Santiago Maior

Associação Núcleo de Cultura e Formação de Hortinhas

Biblioteca Municipal (CMA)

Bombeiros Voluntários de Alandroal

Café e Mercearia Central

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo

Casa da Mala - Café Gelataria

Casa da São

Casa do Povo de Santiago Maior

Casa Roques (Comércio Alimentar e Distribuição de Produtos Agrícolas e derivados)

Centro Cultural Desportivo e Recreativo da Aldeia dos Marmelos

Centro de Cultural e Desporto de Terena

Centro Cultural do Alandroal

Centro de Cultura e Recreio de Aldeia da Venda

---

Centro de Saúde de Alandroal
Centro Social e Paroquial do Alandroal
Choupana: Associação para a Protecção e Desenvolvimento do Concelho de Alandroal
Clube de Caçadores do Alandroal
Combustíveis do Guadiana
Construções Andreso Lda.
Cooperativa Agrícola de Alandroal
Creche e Jardim de Infância de Alandroal
Delegação da Cruz Vermelha de Santiago Maior
Delegação de Fuzileiros de Juromenha/Elvas
Electropadilha – Instalações Eléctricas Unipessoal, Lda.
Emídio Pisco Lda.
Empresa Comércio de Móveis
Escola de Condução Pêro Rodrigues
Esteves e Claré Lda.
Farmácia Alandroalense
Fátima e Filhos Lda.
Fidelidade Mundial (Agência do Alandroal)
Fórum Cultural e Transfronteiriço de Alandroal (CMA)
Gabinete de Inserção Profissional do Município de Alandroal (CMA)
GNR (Alandroal e Santiago Maior)
Destacamento Territorial de Reguengos de Monsaraz
Grupo de Amigos de Juromenha
Grupo Desportivo e Recreativo do Rosário
Herdade da Rendeira - AgroPecuária, SA
Hilário António Almeida Herds. Lda.
Junta de Freguesia de Capelins
Junta de Freguesia de Juromenha
Junta de Freguesia de Santiago Maior
Junta de Freguesia de São Pedro/Terena
Junta de Freguesia São Brás dos Matos
Junta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição/Alandroal
Jurofrutas Lda.
Landroal Residencial Lda.
Lar “ Cantinho Amigo “
Maneiras e Rainho Lda./ Construção Civil
Manuel Melão- Café Restaurante, Sociedade Unipessoal, Lda.
Mini Mercado Maria Angélica

---

MotorKlub Alandroal
Mundo dos Papéis - João Joaquim Passadinhas Ginja
Ourivesaria Magnólia, Unipessoal Lda.
Padaria Cardoso
Padaria de Terena
Pateiro e Pateiro Construções Lda.
Pirâmides de S. Pedro - Empreendimento de Turismo de Animação, Lda.
PSIFOR - Psicologia do Trabalho e Formação
Queijaria Inácio Carraça
Queijaria José Rodrigues Calisto
Restaurante "A Maria"
Salão Guerra
Santa Casa da Misericórdia de Alandroal
Secção de Pesca do Juventude Sport Alandroalense
Sociedade Agrícola da Herdade do Pigeiro e Empresas Associadas
Sociedade Agrícola Roncanito, SA
Sociedade Agropecuária João António Zorreta Alves e Filho Lda.
Sociedade Columbófila Alandroalense
SOMARCIL,LDA
Turismo de Alandroal
Wadnature - Animação Turística Unipessoal Lda.

---

\* a estas instituições juntaram-se as informações recolhidas junto do IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional/Serviços de Estremoz), do Centro Distrital de Évora do Instituto da Segurança Social e da Câmara Municipal de Alandroal (através de diversas entrevistas cedidas pelo seu Presidente, Mestre João Maria Aranha Grilo).





